

**EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES
SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	2
1 - Padrões Demográficos do Município de Jundiaí.....	10
2 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ.....	14
2.1 – Aspectos Metodológicos	15
2.2 – Evolução do IDH-M do Município de Jundiaí	16
3 – Análise da Responsabilidade Social no município de Jundiaí: evolução do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).....	22
3.1 - A Dimensão Riqueza no IPRS.....	23
3.1.1 - O Consumo Residencial de Energia Elétrica - (44% do IPRS Riqueza).....	25
3.1.2 - O Consumo de Energia Elétrica na Agricultura, no Comércio e nos Serviços - (23% do IPRS Riqueza).....	27
3.1.3 - Remuneração Média dos Empregados com Carteira Assinada e do Setor Público (19% do IPRS Riqueza).....	28
3.1.4 - Valor Adicionado Fiscal <i>per capita</i> (14% do IPRS Riqueza)	30
3.2 - Dimensão da Longevidade	31
3.2.1 - Mortalidade Perinatal (30% do IPRS Longevidade).....	32
3.2.2 - Mortalidade Infantil - (30% do IPRS Longevidade)	34
3.2.3 - Taxa de Mortalidade da População de 60 e mais (20% do IPRS Longevidade) ...	35
3.2.4 - Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (20% do IPRS Longevidade)	36
3.3 - Dimensão da Escolaridade	37
4 - Segurança Pública no Município de Jundiaí.....	40
4.1 - Crimes contra Pessoa	41
4.2 - Crimes Contra o Patrimônio.....	44
4.3 - Crimes contra a Incolumidade Pública.....	46
5 - Índice de Vulnerabilidade a Violência	48

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Os dados dos Censos Demográficos e estimativas da Fundação Seade apontam que a população de Jundiaí apresenta taxas de crescimento demográfico com tendências decrescentes nas duas últimas décadas. Após apresentar elevação na taxa geométrica crescimento na década de 1980 e 1991 (1,00%), pulou para 1,28% entre 1991 e 2000, o município voltou a apontar tendência de queda na década de 2000, passando de 1,24% entre 2000 e 2006 para 1,08% entre 2007-2010.
2. Essa tendência de queda no ritmo de crescimento populacional de Jundiaí poderia em hipótese ser anulada pelo crescimento dos municípios do entorno de sua Região de Governo. Esse não parece ser o caso de Jundiaí. Apesar de indicar taxas de crescimento demográfico acima daquelas verificadas no município sede e da média do Estado de São Paulo, os dados do IBGE e da Fundação Seade mostram que a Região de Governo de Jundiaí também apresenta tendências decrescentes de crescimento, passando de 2,55% entre 1980/1991 para 1,73% em 2010.
3. As estimativas populacionais indicam que o mercado de trabalho não será pressionado em grande escala por tendências migratórias decorrentes de movimentos pendulares da população residente na sua área de influência.
4. Caso as projeções demográficas se confirmarem, Jundiaí passará de uma população de 363.156 em 2010 para 393.729 em 2020, mas com uma distribuição populacional por estrutura etária relativamente distinta, na qual se sobressai o crescimento mais acelerado dos segmentos de maior idade e uma sensível queda dos extratos de população mais jovem.
5. Entre 2010 e 2020, a população até 14 anos de idade sofrerá uma redução em termos absolutos, passando de 75.090 habitantes para 72.048, diminuindo sua participação no total do município de 20,7% para 18,3%. Por outro lado, a população com 60 anos ou mais

passará de 47.101 para 68.937 habitantes, elevando sua participação no município de 13,0% para 17,5%.

6. Dentre outros efeitos, o envelhecimento da população tende a aumentar os problemas de reposição da força de trabalho mais experiente em setores críticos ligados da economia municipal. Se confirmado esse quadro, a reposição dessa mão-de-obra terá que ser realizada por intensivo processo de qualificação profissional e elevação dos padrões de qualidade da educação da população em idade ativa, sem o que as empresas do município terão que fazer uso de recursos humanos com origem em outras cidades dentro e fora da região.
7. Na comparação com os IDHs-M médios de São Paulo e da Região Metropolitana de Campinas, o índice do Município de Jundiaí é maior nos dois anos censitários. Em 1991, a base econômica de Jundiaí já gerava condições sociais avançadas e um indicador mais elevado – 0,807 frente a um IDH-M da ordem de 0,773 (média de São Paulo) e de 0,788 (Região Metropolitana de Campinas). Entre 1991 e 2000, o indicador cresceu 6,2% e atingiu a marca de 0,857, enquanto que em Campinas e na média do estado a alta foi um pouco inferior de, respectivamente, 6,0% e 5,3%.
8. No ranking do estado de São Paulo do IDH-M a evolução de Jundiaí foi bastante expressiva, a cidade que, em 1991 detinha a 8º de melhor índice no estado, passou a apresentar em 2000 o 4º melhor IDH-M suplantando Campinas, Ribeirão Preto, Santo André e Ilha Solteira. Este resultado deveu-se, especialmente a melhoria das condições de acesso à escola e o maior nível de renda das famílias jundiaenses.
9. Em relação às três dimensões do IDH-M no ranking estadual: nota-se avanço na educação e renda, nas quais Jundiaí saiu de uma classificação de, respectivamente, 27º e 21º posição em 1991, para alcançar a 8º (educação) e 19º (renda) em 2000. Em relação a

longevidade, a cidade perdeu posições no ranking estadual (de 30º para 109º lugar), isto não quer dizer que as condições de expectativa de vida ao nascer pioraram em Jundiaí, ao contrário houve aumento de 3,6% neste indicador entre 1991 e 2000.

- 10.** Em relação às três dimensões do IDH-M na Micro-região de Jundiaí era se esperar que as cidades da micro-região obtivessem expansões mais intensas, em função da base de comparação menor, porém entre 1991 e 2000 em nenhum dos índices Jundiaí foi ultrapassado.
- 11.** A evolução da dimensão Riqueza - no IPRS – de Jundiaí no período 2000 até 2006 foi marcada por um período de refluxo acompanhado por uma tendência de recuperação. O município fechou 2006 na 27ª posição. Vale destacar que, mesmo em uma posição abaixo da registrada em 2000, a marca registra em 2006 indica recuperação após um sucessivo período de perdas de posição no ranking da riqueza dos municípios do Estado de São Paulo.
- 12.** O município de Jundiaí, mesmo perdendo pontuação na classificação do indicador sintético de riqueza, permaneceu em todas as edições com um indicador acima da média do Estado de São Paulo.
- 13.** É nítida evolução da remuneração média do capital humano do município de Jundiaí. No final da década de 90, a remuneração média do empregado de Jundiaí (R\$862,71) estava em patamar inferior tanto da média do Estado (R\$ 942,60) quanto da média da Macrometrópole (R\$ 866,04). No entanto, no ano de 2004, Jundiaí se consolidou em um nível semelhante ao da Macrometrópole, que, por sua vez, diminuiu as assimetrias na remuneração média dos empregados do município em relação às demais regiões do Estado.
- 14.** No ano de 2000, verifica-se um patamar diferenciado do valor adicionado fiscal *per capita* (VAFPC) de R\$ 22.372,00 para Jundiaí, valor bem acima da média da Macrometrópole (R\$14.772,00) e do Estado de São Paulo (R\$ 13.643,00). Nos anos seguintes o município

de Jundiaí não só mantém como amplia a diferença. O VAFPC de Jundiaí, em 2006, era de R\$ 27.498,00, nível muito superior da Macrometrópole (R\$ 15.148,00) e quase o dobro do VAFPC do Estado de São Paulo (R\$ 14.355,00).

- 15.** O município de Jundiaí localiza-se em posição intermediária no escore do *ranking* da dimensão longevidade do IPRS, porém, pode-se observar uma evolução constante. No ano de 2000, Jundiaí estava na posição 293º dos municípios paulistas, na dimensão longevidade. No ano de 2006, Jundiaí ultrapassou 115 municípios e saltou para a posição 178º.
- 16.** Nota-se queda expressiva da Taxa de Mortalidade em todas as regiões observadas. O Estado de São Paulo, no ano de 2000, registrava uma taxa de mortalidade infantil de 16,97 por mil nascidos vivos, na Macrometrópole observava-se uma taxa de 17,9 e no município de Jundiaí a taxa era de 16,0. No ano de 2006, as mesmas taxas demonstravam evolução negativa expressiva: o Estado de São Paulo atingiu a taxa de 13,28, a macrometrópole de 14,5 e Jundiaí de 9,63.
- 17.** No ano de 2000, o Estado de São Paulo apresentava 4.006,07 óbitos por cem mil habitantes nessa faixa etária, a macrometrópole registrava 4.104,45 e o município de Jundiaí 3.969,13. No ano de 2006, o município de Jundiaí apresentou 3.698,75 óbitos por cem mil habitantes enquanto o Estado de São Paulo registrou 3.786,43 óbitos por cem mil habitantes, a macrometrópole, um pouco atrás, registrava 3.890,82 óbitos.
- 18.** O município de Jundiaí tem demonstrado excelente evolução no ranking da dimensão escolaridade – no IPRS. Nota-se um claro avanços na cidade, em quatro edições do IPRS Jundiaí superou 149 municípios na dimensão escolaridade. No ano de 2000, Jundiaí ocupava a 161ª posição e passa para a 12ª posição no ano de 2006.

Jundiaí suplantou em todos os anos a média do estado de São Paulo no indicador sintético da dimensão escolaridade.

- 19.** A taxa de atendimento da pré-escola para crianças de 5 a 6 anos pode ser analisado como a perspectiva futura da dimensão da escolaridade em uma região. Ou seja, é o enlace entre o presente e o futuro de uma região ou população. O município de Jundiaí apresentou 96 como indicador, patamar superior tanto em relação ao Estado (indicador 81) quanto em relação à Região Administrativa de Campinas (indicador 82).
- 20.** Segurança Pública: Em Jundiaí, os dados mostram uma evolução desigual dos indicadores: os crimes de incolumidade pública, que incluem desde o tráfico e uso de entorpecentes até o uso ilegal da medicina, mostraram patamar superior aos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, até 2001, tendo a partir daí trajetória de queda (embora errática). Outra tendência importante que deve ser destacada é o “descolamento” entre o ritmo de crescimento dos crimes contra o patrimônio e os crimes contra a pessoa – os primeiros mostram forte ascendência a partir de 2003 para, em 2004, ultrapassar o ritmo de crescimento dos crimes contra a incolumidade pública, enquanto que os crimes contra a pessoa mostram relativa estabilidade a partir de 2001.
- 21.** O comportamento da taxa de homicídios, entretanto, mostra comportamentos diferentes segundo o tipo de homicídio. Em relação aos homicídios dolosos, definido como o ato de matar alguém deliberadamente, ou seja, com intenção e vontade de fazê-lo, há uma expressiva queda do indicador de 17 para 9 em cem mil habitantes entre 1997 e 2007 em Jundiaí, patamar inferior ao do Estado de São Paulo e da Região de Governo de Jundiaí (12 casos em cem mil habitantes).
- 22.** Em relação aos crimes contra o patrimônio, em contrapartida, percebe-se uma elevação das taxas em Jundiaí, que passam de 2.219 por cem mil habitantes em 1997 para 3.764 em 2007. O crescimento desses crimes mostra uma dinâmica de crescimento no município

mais pronunciada que a média do Estado: ainda que a evolução desse tipo de contravenção também seja crescente no Estado, a partir de 2001 as taxas anuais desse tipo de crime são superiores aquelas verificadas no Estado de São Paulo e mais significativas que as da Região de Governo de Jundiaí.

- 23.** Recentemente, foi divulgado pelo Ministério da Justiça o Índice de Vulnerabilidade a Violência – IVC para o ano de 2009, na qual são classificados em ranking todos os municípios com mais de cem mil habitantes segundo uma combinação de variáveis que contemplam os níveis de exposição do contingente juvenil à violência urbana, a permanência na escola, a forma de inserção no mercado de trabalho e o contexto socioeconômico dos municípios de residência desses jovens e adolescentes.
- 24.** No caso de Jundiaí, dentre os 266 municípios com mais de 100 mil habitantes, o município ocupa a 194^a posição em 2009, em uma escala em que o 1^o município é o de pior situação e o 266^o o de melhor. No ranking do Estado de São Paulo, a cidade está na colocação 32^a entre 73 municípios para o qual o indicador foi calculado.
- 25.** Jundiaí é considerado o município de média-baixa vulnerabilidade segundo o IVJ-V. No ranking do indicador “Mortalidade por Homicídios”, que considera população entre 12 e 29 anos, Jundiaí fica na 54^a posição, com um índice de 0,104 – posição coerente com a redução do número de crimes dessa natureza ao longo dos últimos 10 anos, conforme descrito acima.
- 26.** Outro indicador bastante positivo é o de “Frequência à escola e emprego”, que (índice de 0,351), na qual o município se situa na 69^a posição, superado apenas pelos municípios de Valinhos, São Carlos, Birigui e São Caetano do Sul.
- 27.** No indicador de “Pobreza”, a cidade ocupa a 66^a posição (índice de 0,253), sendo suplantada pelas cidades de Ribeirão Preto,

Araraquara, São Paulo, Campinas, Santo André, Santos e São Caetano do Sul.

- 28.** Dentre os indicadores do IVJ-V mais críticos para o município, destaca-se "Mortalidade por Acidentes de Trânsito", que considera o número de óbitos por acidentes de trânsito entre jovens e adolescentes de 12 a 29 anos.

1 - Padrões Demográficos do Município de Jundiaí

A análise dos padrões demográficos de comportamento de uma dada população constitui um tema estratégico para o desenvolvimento econômico e social. A importância dessa temática pode ser exemplificada pelas transformações no ritmo de crescimento populacional e na estrutura etária da população, dentro de um processo que os demógrafos vêm chamando de “bônus demográfico”. Observa-se que a redução da proporção de crianças e adolescentes em comparação com a população em idade ativa abre espaço para o atendimento das demandas sociais nas próximas décadas.

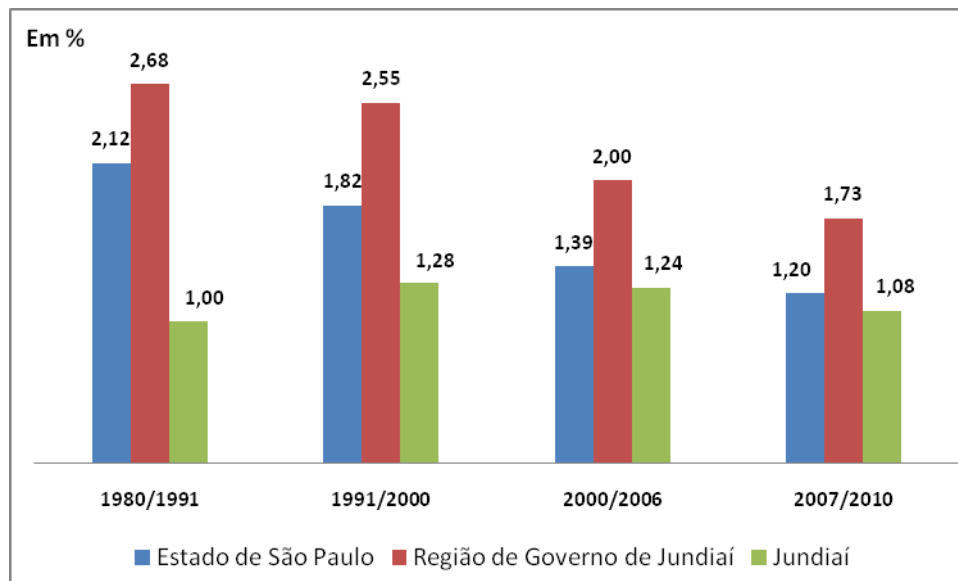
Em particular, os gastos públicos de educação e qualificação profissional para a população jovem em termos *per capita* podem aumentar substancialmente, facilitando o seu ingresso em melhores condições no mercado de trabalho e contribuindo para o crescimento econômico. Nesse sentido, análise da dinâmica demográfica é importante para o entendimento das perspectivas dos mercados de trabalho locais e das mudanças observadas nas ocupações. Isso permitirá o aprimoramento das ações de geração de emprego, trabalho e renda.

No caso de Jundiaí, os dados de população parecem apontar para um cenário demográfico favorável para o crescimento econômico e para as políticas sociais. As “janelas de oportunidades” de natureza demográfica não estão vinculadas apenas ao município, mas a uma transformação de ordem regional que trabalham favoravelmente ao desenvolvimento da cidade.

Em Jundiaí, dados dos Censos Demográficos e estimativas da Fundação Seade apontam que a população do município apresenta taxas de crescimento demográfico com tendências decrescentes nas duas últimas décadas. O gráfico abaixo mostra que, depois de apresentar elevação na taxa geométrica crescimento de 1,00% na década de 1980 e 1991 para 1,28% entre 1991 e 2000, o município volta a apontar tendência de queda na década de 2000, passando de 1,24% entre 2000 e 2006 para 1,08% entre 2007-2010 (ver Gráfico 1).

Gráfico 1

**Taxa Geométrica de Crescimento demográfico, segundo regiões
Estado de São Paulo, Região de Governo de Jundiaí e Jundiaí
1980 - 2010**



Fonte: Fundação Seade

Essa tendência de queda no ritmo de crescimento populacional de Jundiaí poderia em hipótese ser anulada pelo crescimento dos municípios do entorno de sua Região de Governo. Esse processo é relativamente comum em determinados aglomerados urbanos, nos quais há um crescimento exponencial da população no entorno de um núcleo demográfico e econômico regional e a formação de municípios conhecidos como “municípios dormitórios”. Nessas cidades passam a residir grandes contingentes populacionais que trabalham no município sede da região, mas que lá não fixam residência em função da saturação ou encarecimento dos espaços urbanos voltados para funções residenciais. Esse fenômeno é mais evidente na Região Metropolitana de São Paulo.

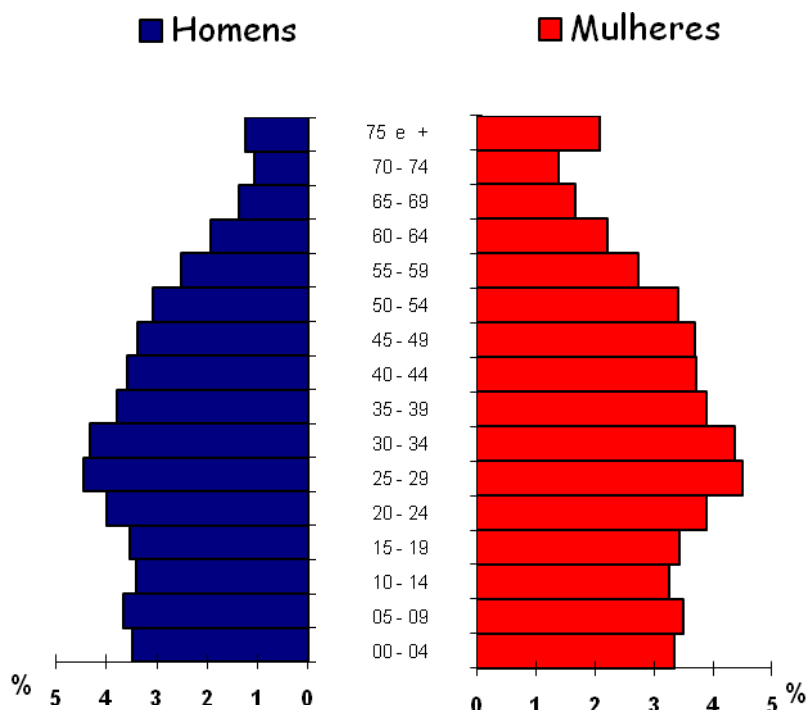
Entretanto, esse não parece ser o caso de Jundiaí. Apesar de indicar taxas de crescimento demográfico acima daquelas verificadas no município sede e da média do Estado de São Paulo, os dados do IBGE e da Fundação Seade indicam que a Região de Governo de Jundiaí também apresenta tendências decrescentes de crescimento, passando de 2,55% entre 1980/1991 para 1,73% em 2010.

Nesse sentido, embora não se descarte que Jundiaí conte com um mercado de trabalho regional, as estimativas populacionais indicam que o mercado de trabalho não será pressionado em grande escala por tendências

migratórias decorrentes de movimentos pendulares da população residente na sua área de influência. Caso essas tendências fossem heterogêneas, as oportunidades demográficas tenderiam a ser anuladas por fluxos migratórios pendulares de intensidade considerável, decorrentes das oportunidades de estudo e trabalho criadas no município.

Caso as projeções demográficas se confirmarem, Jundiá passará de uma população de 363.156 em 2010 para 393.729 em 2020, mas com uma distribuição populacional por estrutura etária relativamente distinta, na qual se sobressai o crescimento mais acelerado dos segmentos de maior idade e uma sensível queda dos extratos de população mais jovem.

Gráfico 2
Pirâmide Etária da População, Por Sexo
Município de Jundiá
2010

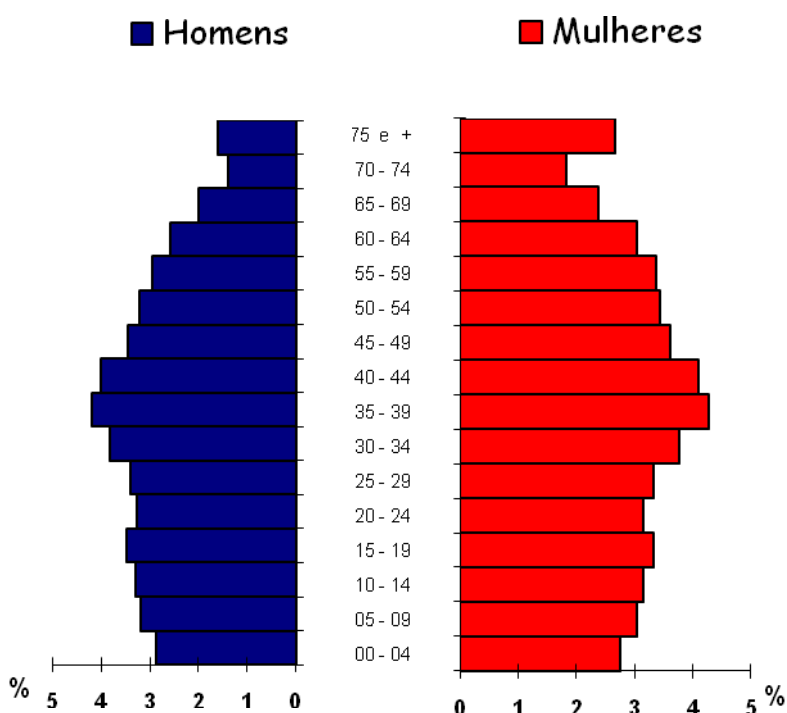


Fonte: Fundação Seade

Entre 2010 e 2020, a população até 14 anos de idade sofrerá uma redução em termos absolutos, passando de 75.090 habitantes para 72.048, diminuindo sua participação no total do município de 20,7% para 18,3%. Por outro lado, a população com 60 anos ou mais passará de 47.101 para

68.937 habitantes, elevando sua participação no município de 13,0% para 17,5% (ver Gráficos 2 e 3). Conseqüentemente, o índice de envelhecimento da população, que indica a proporção de pessoas de 60 anos e mais por 100 indivíduos de 0 a 14 anos, vai evoluir de 62,7% para 95,7% nesse período.¹

Gráfico 3
Pirâmide Etária da População, Por Sexo
Município de Jundiá
2020



Fonte: Fundação Seade

No que tange a População em Idade Ativa – PIA, segundo a nomenclatura de alguns países desenvolvidos, que consideram a população em atividade aqueles com 10 anos e mais e menos de 65 anos, entre 2010 e 2020 haverá pequena queda, passando de 77,2% para 76,3%.

Em suma, essas mudanças indicam que as transformações demográficas têm duas conseqüências importantes. Do ponto de vista social, elas indicam que o município deverá amparar uma população idosa

¹ Adota-se o corte etário da população idosa em 60 anos, de acordo com Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa e 25ª Conferência Sanitária Pan-Americana da Organização Pan-Americana da Saúde - Opas. Alguns países desenvolvidos adotam, todavia, 65 anos. Ver Fundação Seade, [http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/popup_notas.php?var\[\]=1021](http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/popup_notas.php?var[]=1021).

em forte crescimento em termos absolutos por meio de políticas públicas focadas nesse público, com impactos evidentes nas áreas de saúde e assistência social. No que tange as perspectivas econômicas, a médio e longo prazos não haverá pressão de contingentes populacionais sobre o mercado de trabalho decorrente de uma PIA relativamente estável, quadro amplamente compatível com os segmentos mais intensivos em ciência e tecnologia e capital-intensivos, tal como se desenha a estrutura produtiva industrial e de serviços em Jundiaí.

Entretanto, é necessário também ponderar que esse quadro favorável pode ser problematizado: o envelhecimento da população tende a aumentar os problemas de reposição da força de trabalho mais experiente em setores críticos ligados da economia municipal. Se confirmado esse quadro, a reposição dessa mão-de-obra terá que ser realizada por intensivo processo de qualificação profissional e elevação dos padrões de qualidade da educação da população em idade ativa, sem o que as empresas do município terão que fazer uso de recursos humanos com origem em outras cidades dentro e fora da região.

2 - EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH-M) DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ

2.1 – Aspectos Metodológicos

A Organização das Nações Unidas (ONU) através do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) criou no início da década de noventa o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este indicador foi idealizado para servir como a base empírica dos *Relatórios de Desenvolvimento humano*, com o objetivo de monitorar o desenvolvimento mundial ao longo da década de noventa e avaliar quantitativamente se o processo de crescimento econômico foi acompanhado de melhorias nas condições de vida das populações. No cálculo do IDH são englobadas três dimensões: (i) educação (taxas de alfabetização e de escolarização), (ii) longevidade (expectativa de vida da população ao nascer) e (iii) renda (PIB per capita ajustado ao poder de compra local). A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e através da combinação destes índices é construído um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país.

A aplicação ao nível municipal do IDH exigiu adaptações metodológicas e conceituais. Essa necessidade decorre de duas razões: (i) em primeiro lugar, as informações e variáveis relevantes para o seu cálculo têm que ser processados de modo homogêneo para todos os municípios brasileiros, somente os dados provenientes dos Censos Demográficos do IBGE propiciam essa homogeneidade para o cálculo dos índices; (ii) em segundo lugar, os municípios por serem unidades geográficas menores e sociedades muito mais abertas, dos pontos de vista econômico e demográfico, em comparação a um país ou uma região, o PIB per capita não é um bom indicador da renda efetivamente apropriada pela população residente, e a taxa combinada de matrícula não representa um indicador de qualidade em relação ao nível educacional efetivamente vigente no município.

Na dimensão renda, o indicador de PIB per capita foi substituído pela renda familiar per capita média do município, e em relação à educação optou-se por considerar o número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais). Estes indicadores além de representarem melhor

as condições de renda e de educação efetivamente vigentes no nível municipal, eles podem ser obtidos diretamente dos Censos Demográficos.

Além disso, a taxa de alfabetização de adultos, utilizada pelo IDH, foi substituída pela taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais (obtida diretamente dos dados censitários). Esta substituição tem pouca importância, pois as duas variáveis são, por definição, complementares. O quarto indicador utilizado pela metodologia do IDH-M, a esperança de vida ao nascer (obtida por métodos indiretos a partir dos dados censitários), é o mesmo conceito utilizado pelo IDH.

Em função destas adaptações, o índice de desenvolvimento humano criado para os municípios, embora conceitualmente próximo, é diferente do IDH proposto pelo PNUD. O novo índice foi denominado Índice Municipal de Desenvolvimento Humano e é designado pela sigla IDH-M. A metodologia deste indicador síntese gera um valor numérico que tende a ser sistematicamente inferior ao valor do IDH referente à mesma unidade geográfica e ao mesmo ano. Neste sentido, IDH-M (seja para um município, um estado, uma região, ou para o Brasil) só pode ser comparado a outro IDH-M no tempo e entre as unidades geográficas.

Por utilizar exclusivamente informações dos Censos Demográficos (que garantem conceitos, metodologia e procedimentos de coleta e processamento uniformes para todos os municípios), o IDH-M só pode ser calculado para os anos censitários 1980, 1991 e 2000. Sua atualização só poderá ser feita quando estiverem disponíveis os dados do próximo Censo Demográfico, programado para o ano 2010.

2.2 – Evolução do IDH-M do Município de Jundiá

Ao longo da década de 90, o desenvolvimento econômico ocorrido no país melhorou as condições sociais da população das cidades brasileiras no que diz respeito ao acesso a escola, a expectativa de vida e capacidade de auferir renda das famílias. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, o IDH-M médio do Brasil cresceu 10,1% entre 1991 e 2000, e saltou de patamar: 0,696 para 0,766.

A dinâmica do crescimento econômico neste período afetou mais profundamente as regiões e estados mais atrasados e pobres da Federação.

A partir de uma base menor e mais desigual, estados do Norte e Nordeste apresentaram elevações mais pronunciadas no IDH-M e não podia ser diferente. Programas sociais e a implantações de novas empresas melhoraram a situação social nestas regiões: os estados cuja taxa de expansão do IDH-M se aproximou de 20,0% foram os seguintes: Alagoas, Maranhão, Ceará e a Paraíba, mas o nível dos índices em 2000 ainda permaneceu abaixo da média do Brasil (ver Tabela 1)

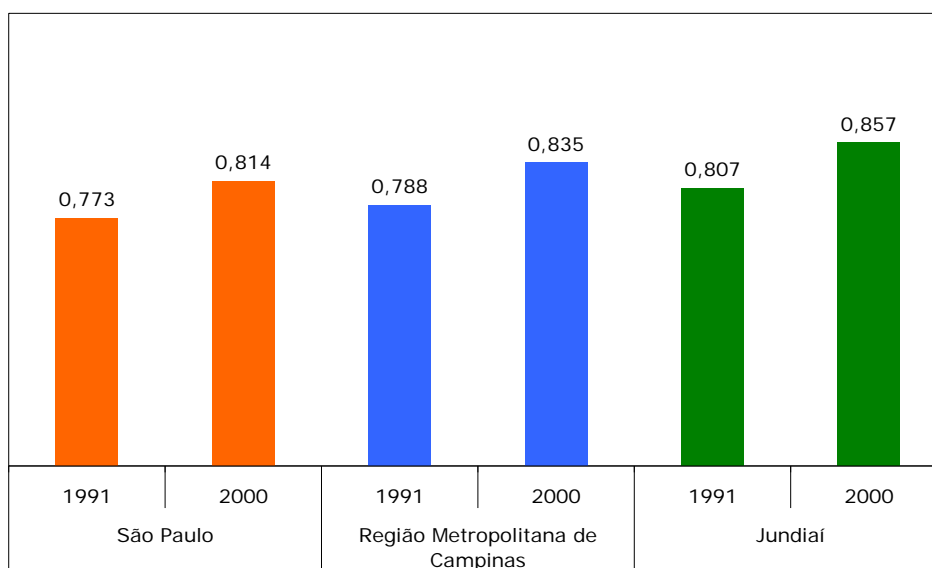
Tabela 1
Índice Municipal de Desenvolvimento Humano
Estados, Região Metropolitana de Campinas e Jundiaí

Ranking dos Estados	IDH-M		Variação % 1991 / 2000
	1991	2000	
BRASIL	0,696	0,766	10,1%
Alagoas	0,535	0,633	18,3%
Maranhão	0,551	0,647	17,4%
Ceará	0,597	0,699	17,0%
Paraíba	0,584	0,678	16,1%
Bahia	0,601	0,693	15,3%
Piauí	0,587	0,673	14,7%
Rio Grande do Norte	0,618	0,702	13,6%
Tocantins	0,635	0,721	13,6%
Sergipe	0,607	0,687	13,2%
Pernambuco	0,614	0,692	12,6%
Acre	0,620	0,692	11,6%
Rondonia	0,655	0,729	11,3%
Mato Grosso	0,696	0,767	10,2%
Espírito Santo	0,698	0,767	9,8%
Minas Gerais	0,698	0,766	9,7%
Paraná	0,719	0,786	9,3%
Santa Catarina	0,740	0,806	8,9%
Amapá	0,691	0,751	8,8%
Goiás	0,707	0,770	8,8%
Pará	0,663	0,720	8,6%
Mato Grosso do Sul	0,712	0,769	8,0%
Amazonas	0,668	0,717	7,3%
Rio de Janeiro	0,750	0,802	6,9%
Rio Grande do Sul	0,757	0,809	6,9%
Distrito Federal	0,798	0,844	5,9%
Roraima	0,710	0,749	5,5%
São Paulo	0,773	0,814	5,3%
Região metropolitana de Campinas	0,788	0,835	6,0%
Jundiaí	0,807	0,857	6,2%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano - PNUD

São Paulo, depois do Distrito Federal, é o estado com maior IDH-M nos anos de 1991 e 2000. O seu elevado grau de industrialização, que no final da década de oitenta proporcionava maior desenvolvimento econômico, gerou um alto índice de IDH-M, refletindo uma inserção social diferenciada da população em relação à educação, a expectativa de vida e o patamar de rendimento das famílias. Porém, o processo não foi homogêneo nas diversas regiões do estado. O município de Jundiaí se inseriu desde o início no conjunto de cidades que participaram ativamente da ampliação da estrutura produtiva mais moderna do estado de São Paulo.

Gráfico 4
Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – 1991 e 2000
São Paulo, Região Metropolitana de Campinas e Jundiaí



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

Percebe-se que, na comparação com os IDHs-M médios de São Paulo e da Região Metropolitana de Campinas, o índice do Município de Jundiaí é maior nos anos dois anos censitários. Em 1991, a base econômica de Jundiaí já gerava condições sociais avançadas e um indicador mais elevado – 0,807 frente a um IDH-M da ordem de 0,773 (média de São Paulo) e de 0,788 (Região Metropolitana de Campinas). Além disso, o desenvolvimento das forças produtivas ao longo dos anos 90 no município proporcionou a Jundiaí um aumento mais acentuado do IDH-M. Entre 1991 e 2000, o indicador cresceu 6,2%, enquanto que em Campinas e na média do estado a alta foi um pouco inferior de, respectivamente, 6,0% e 5,3% (ver Tabela 1 e Gráfico 4).

Do ponto de vista do ranking nacional do IDH-M, em 1991 treze municípios de São Paulo estavam dentre os vinte melhores índices do país. Jundiaí com o índice de 0,807 classificou-se na 13ª posição ligeiramente a frente de importantes cidades paulistas (São Bernardo do Campo; São José dos Campos; e do município de São Paulo) e da capital Curitiba.

Tabela 2
Índice Municipal de Desenvolvimento Humano

Ranking Nacional

<u>1991</u>		<u>2000</u>	
Municípios	IDH-M	Municípios	IDH-M
1º - Águas de São Pedro (SP)	0,848	1º - São Caetano do Sul (SP)	0,919
2º - São Caetano do Sul (SP)	0,842	2º - Águas de São Pedro (SP)	0,908
3º - Santos (SP)	0,838	3º - Niterói (RJ)	0,886
4º - Florianópolis (SC)	0,824	4º - Florianópolis (SC)	0,875
5º - Porto Alegre (RS)	0,824	5º - Santos (SP)	0,871
6º - Ribeirão Preto (SP)	0,822	6º - Bento Gonçalves (RS)	0,870
7º - Niterói (RJ)	0,817	7º - Balneário Camboriú (SC)	0,867
8º - Joaçaba (SC)	0,816	8º - Joaçaba (SC)	0,866
9º - Blumenau (SC)	0,813	9º - Porto Alegre (RS)	0,865
10º - Ilha Solteira (SP)	0,813	10º - Fernando de Noronha (PE)	0,862
11º - Campinas (SP)	0,811	11º - Carlos Barbosa (RS)	0,858
12º - Santo André (SP)	0,808	12º - Jundiá (SP)	0,857
13º - Jundiá (SP)	0,807	13º - Caxias do Sul (RS)	0,857
14º - São Bernardo do Campo (SP)	0,806	14º - Joinville (SC)	0,857
15º - São José dos Campos (SP)	0,805	15º - Vinhedo (SP)	0,857
16º - São Paulo (SP)	0,805	16º - Curitiba (PR)	0,856
17º - Pedrinhas Paulista (SP)	0,804	17º - Selbach (RS)	0,856
18º - São Carlos (SP)	0,803	18º - Vitória (ES)	0,856
19º - Bento Gonçalves (RS)	0,799	19º - Blumenau (SC)	0,855
20º - Curitiba (PR)	0,799	20º - Luzerna (SC)	0,855

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano - PNUD

Os dados do IDH-M de 2000 expressam a interiorização do “progresso” para regiões até então menos desenvolvidas: apenas cinco cidades de São Paulo figuravam dentre os vinte maiores IDH-M do Brasil em 2000, ou seja, municípios que até 1991 não tinham capacidade de gerar renda a sua população e, conseqüentemente, o acesso à escola e a expectativa de vida eram baixos, passaram a usufruir de outras condições sócio-econômicas ao longo dos anos 90. Neste contexto, o município de Jundiá conseguiu manter a sua posição no ranking nacional (12º posição ao lado de Caxias do Sul, Joinville e Vinhedo) e foi uma das cidades paulistas que se destacou no quadro geral do IDH-M entre 1991 e 2000 (ver Tabela 2).

No ranking do estado de São Paulo a evolução de Jundiá foi bastante expressiva, a cidade que, em 1991 detinha a 8º de melhor IDH-M no estado, passou a apresentar em 2000 o 4º melhor índice suplantando Campinas, Ribeirão Preto, Santo André e Ilha Solteira (ver Tabela 3).

Tabela 3

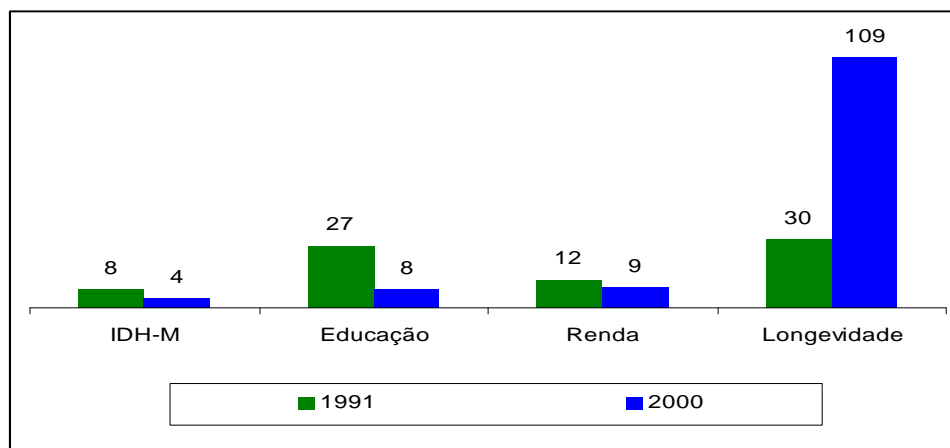
**Índice Municipal de Desenvolvimento Humano
Ranking do Estado de São Paulo**

1991		2000	
Municípios	IDH-M	Municípios	IDH-M
1º - Águas de São Pedro	0,848	São Caetano do Sul (SP)	0,919
2º - São Caetano do Sul	0,842	Águas de São Pedro (SP)	0,908
3º - Santos	0,838	Santos (SP)	0,871
4º - Ribeirão Preto	0,822	4º - Jundiaí (SP)	0,857
5º - ilha Solteira	0,813	5º - Vinhedo	0,857
6º - Campinas	0,811	6º - Ribeirão Preto	0,855
7º - Santo André	0,808	7º - Santana do Parnaíba	0,853
8º - Jundiaí	0,807	8º - Campinas	0,852
9º - São Bernardo do Campo	0,806	9º - Saltinho	0,851
10º - São José dos Campos	0,805	10º - Ilha Solteira	0,850

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano - PNUD

Este resultado deveu-se, especialmente a melhoria das condições de acesso à escola e o maior nível de renda das famílias. O Gráfico 5 traz a posição do município no ranking estadual do IDH-M nas três dimensões: nota-se avanço na educação e renda, nas quais Jundiaí saiu de uma classificação de, respectivamente, 27º e 21º posição em 1991, para alcançar a 8º (educação) e 19º (renda) em 2000. Em relação a longevidade, a cidade perdeu posições no ranking estadual (de 30º para 109º lugar), isto não quer dizer que as condições de expectativa de vida ao nascer pioraram em Jundiaí, ao contrário houve aumento de 3,6% neste indicador entre 1991 e 2000. Já em 1991 as condições de nascimento no município eram melhores com IDH-M longevidade elevado frente aos municípios menos desenvolvidos do estado de São Paulo. Ao longo da década de 90, muitas cidades que até então estavam fora do eixo de desenvolvimento obtiveram expansão econômica e social, o que fez as condições de nascimento mudarem radicalmente nestas regiões.

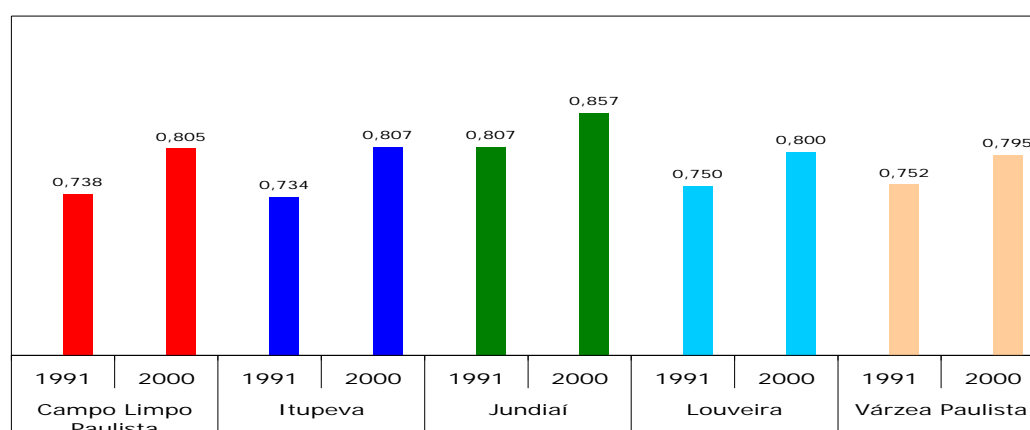
Gráfico 5
Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – 1991 e 2000
Posição de Jundiaí no Ranking de São Paulo por dimensão



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

O crescimento econômico de Jundiaí se espalhou para os seus municípios vizinhos, que começaram a se desenvolver de forma mais consistente a partir dos anos 90. A situação social medida pelo IDH-M nas cidades de Campo Limpo Paulista, Itapeva, Louveira e Várzea Paulista, alcançou um nível mais elevado. Todavia, nenhum destes municípios alcançou em 2000 o IDH-M observado em Jundiaí no ano de 1991 (0,807). As cidades que mais se aproximaram deste índice foram Campo Limpo Paulista (0,803) e Louveira (0,800) e isto só ocorreu no ano 2000 (ver Gráfico 6).

Gráfico 6
Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – 1991 e 2000
Micro Região de Jundiaí



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano

A Tabela 4 traz a evolução das três dimensões do IDH-M na Micro-região de Jundiaí. Com era de se esperar em função da base de comparação menor, em quase todas as dimensões do IDH-M as cidades da micro-região

obtiveram expansões mais intensas, porém entre 1991 e 2000 em nenhum dos índices Jundiáí foi ultrapassado.

Tabela 4
Índice Municipal de Desenvolvimento Humano – por dimensão
Micro Região de Jundiáí

Micro Região de Jundiáí	IDH-M		distância em relação a Jundiáí		var.(%) 2000 / 1991	Renda		distância em relação a Jundiáí		var.(%) 2000 / 1991	Longevidade		distância em relação a Jundiáí		var.(%) 2000 / 1991	Educação		distância em relação a Jundiáí		var.(%) 2000 / 1991
	1991	2000	1991	2000		1991	2000	1991	2000		1991	2000	1991	2000		1991	2000	1991	2000	
	Jundiáí	0,807	0,857	1,00	1,00	6,2	0,777	0,826	1,00	1,00	6,3	0,788	0,816	1,00	1,00	3,6	0,855	0,928	1,00	1,00
Campo Limpo Paulista	0,738	0,805	-0,07	-0,05	9,1	0,705	0,738	-0,07	-0,09	4,7	0,694	0,780	-0,094	-0,036	12,4	0,816	0,898	-0,039	-0,03	10,0
Itupeva	0,734	0,807	-0,07	-0,05	9,9	0,700	0,769	-0,08	-0,06	9,9	0,762	0,780	-0,026	-0,036	2,4	0,741	0,871	-0,114	-0,057	17,5
Louveira	0,750	0,800	-0,06	-0,06	6,7	0,715	0,746	-0,06	-0,08	4,3	0,769	0,780	-0,019	-0,036	1,4	0,766	0,874	-0,089	-0,054	14,1
Várzea Paulista	0,752	0,795	-0,06	-0,06	5,7	0,693	0,701	-0,08	-0,13	1,2	0,762	0,785	-0,026	-0,031	3,0	0,802	0,898	-0,053	-0,03	12,0

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano - PNUD

Nota-se, neste período, alterações na distância entre o IDH-M de Jundiáí em relação aos IDHs-M das demais cidades da micro-região: (i) na dimensão renda, somente Itupeva reduziu a distância; (ii) em relação a longevidade, o município de Campo Limpo Paulista foi o único a diminuir a diferença em relação ao índice de Jundiáí; (iii) na dimensão educação todas as cidades apresentaram expressivo crescimento dos índices entre 1991 e 2000 e diminuíram a distância em relação a Jundiáí, particularmente a cidade de Itupeva, cujo IDH-M educação expandiu-se 17,4% e a diferença *vis a vis* ao índice de Jundiáí caiu de 0,114 para 0,054, entre 1991 e 2000.

3 – Análise da Responsabilidade Social no município de Jundiáí: evolução do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)

O Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que registra a qualidade de vida e a vida social dos indivíduos, é um indicador que contempla as três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): renda, escolaridade e longevidade. Porém, com uma metodologia² própria e com uma periodicidade distinta, tendo em vista que este não depende da pesquisa *Censo* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que permite ao formulador de política pública identificar impactos de políticas sociais a curto e médio prazos.

A Fundação Seade, em parceria com Instituto do Legislativo Paulista (ILP), da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), elaborou um indicador sintético para cada dimensão da análise do desenvolvimento humano – proposta no IDH. Os indicadores são expressos de 0 a 100 e constituem uma análise que combina variáveis relacionadas a cada dimensão analisada. Em nosso estudo, os indicadores sintéticos serão reconstituídos pelas respectivas variáveis que compõem a dimensão estudada. Assim teremos uma compreensão de conjunto, permitindo uma análise ampliada do município de Jundiaí, com possibilidade de identificar os possíveis gargalos das políticas sociais e, na outra ponta, suas conquistas e virtudes na elaboração de uma política de desenvolvimento humano e responsabilidade social.

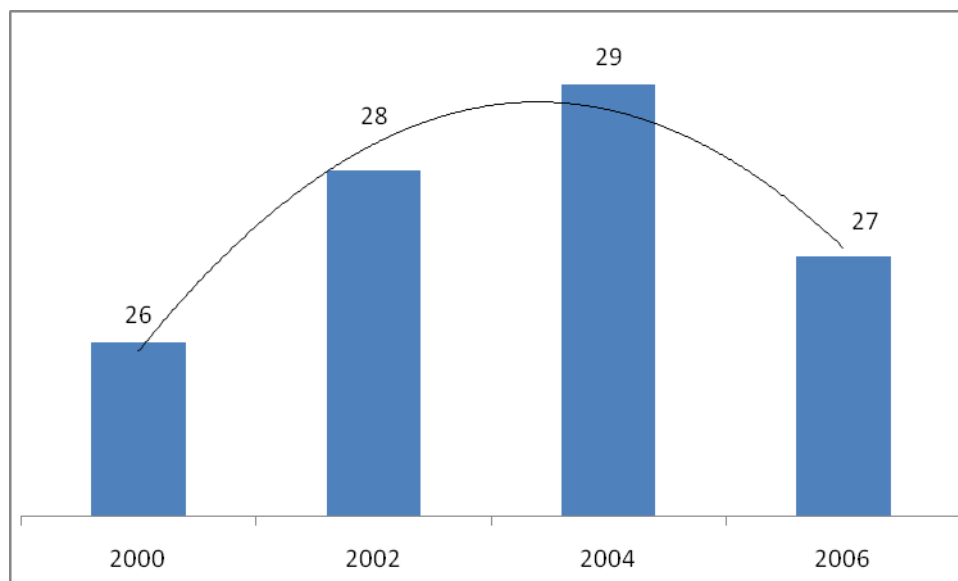
3.1 - A Dimensão Riqueza no IPRS

A evolução da dimensão Riqueza - no IPRS - no período 2000 até 2006 foi marcada por um período de refluxo acompanhado por uma tendência de recuperação. O município de Jundiaí, no ano 2000, ocupava a 26^a posição entre os municípios do Estado de São Paulo, na dimensão riqueza. Entretanto, em 2006, o município fechou o ano na 27^a posição.

² Ver metodologia do IPRS: <http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/ajuda/metodologia.pdf>

Vale destacar que, mesmo em uma posição abaixo da registrada em 2000, tal marca registra recuperação após um sucessivo período de perdas de posição no *ranking* da riqueza dos municípios do Estado de São Paulo (ver Gráfico 7).

Gráfico 7
Posição do município de Jundiaí no Ranking do Indicador Paulista de Responsabilidade Social – Dimensão Riqueza.2000-2006

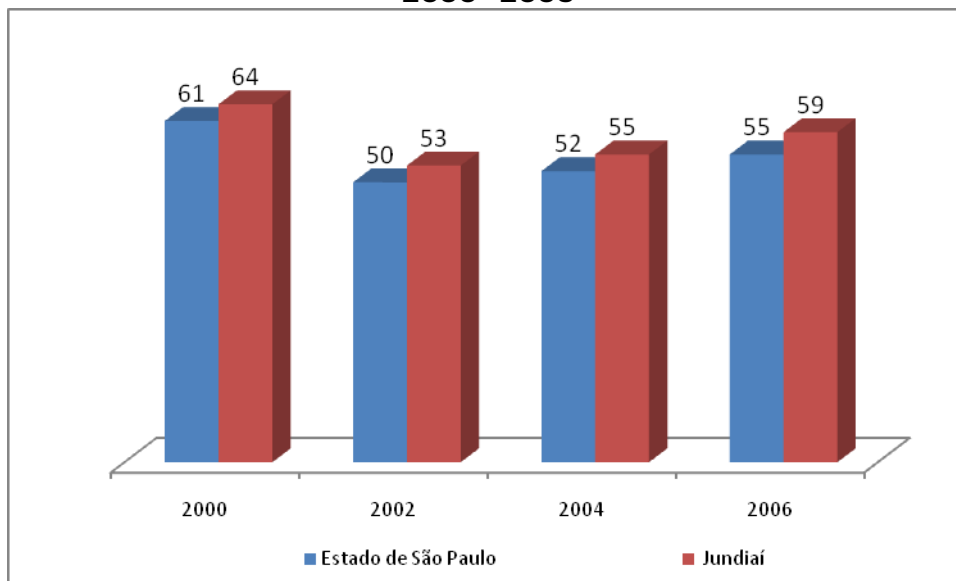


Fonte: Fundação Seade

Deve-se destacar que o município de Jundiaí, mesmo perdendo pontuação na classificação do indicador sintético de riqueza (ver Gráfico 8), permaneceu em todas as edições com um indicador acima da média do Estado de São Paulo. Tanto no ano de 2002 quanto em 2004, o município manteve a diferença em relação à média do Estado, porém, no ano de 2006, identificou-se que houve uma evolução relevante (ainda que o indicador registrado ainda estivesse abaixo do patamar do ano de 2000). Deve-se considerar que, entre as edições do IPRS, houve aprimoramento metodológico e que tal mudança impactou negativamente no nível dos índices de todos os municípios paulistas.

Gráfico 8
Indicador Paulista de Responsabilidade Social – Indicador sintético da Dimensão Riqueza.

Estado de São Paulo e Jundiaí 2000 -2006



Fonte: Fundação Seade

A evolução verificada, no período 2000-2006, do indicador sintético de riqueza deve-se, essencialmente, pela contribuição de quatro fatores que serão analisados: pelo Consumo Residencial de Energia Elétrica (peso de 44% na constituição do índice); pelo Consumo de Energia Elétrica na Agricultura, no Comércio e nos Serviços (23%); pela Remuneração Média dos Empregados com Carteira Assinada e do Setor Público (19%) e pelo Valor Adicionado Fiscal *per capita* (14%).

3.1.1 - O Consumo Residencial de Energia Elétrica³ - (44% do IPRS Riqueza)

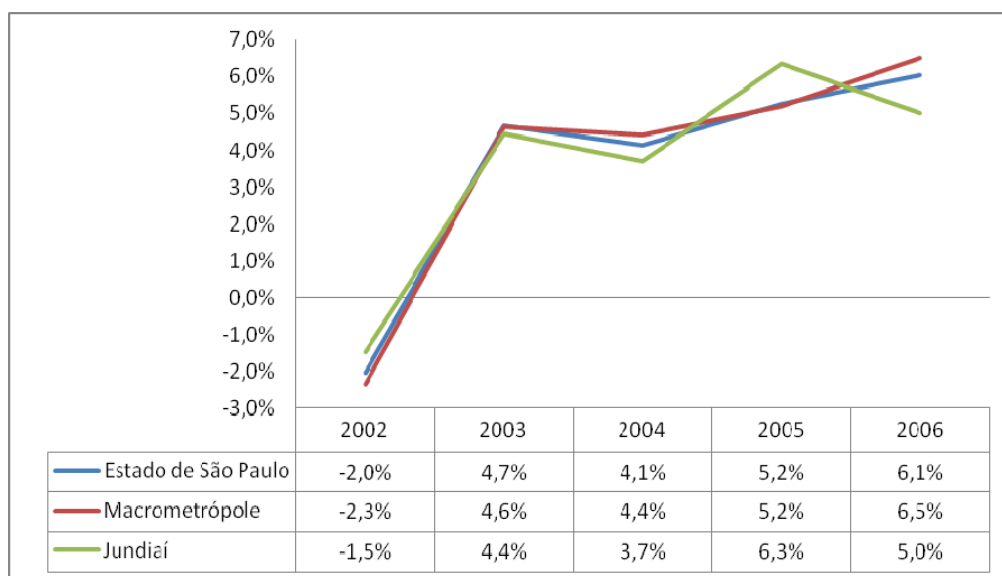
No ano de 2001, o consumo residencial de energia em Jundiaí foi de 235.162 MWh; em 2006, o consumo foi de 280.214 MWh. Deve-se lembrar que o consumo residencial de energia elétrica de Jundiaí representou 51,90% de todo consumo na Região de Governo de Jundiaí, 1,24% do consumo da Macrometrópole e 1,01 % do consumo estadual em 2007.

Pode-se observar que, na média, a evolução do consumo residencial de energia elétrica no município esteve abaixo da evolução verificada no

³ Deve-se fazer uma ressalva metodológica. Tanto no Consumo Residencial de energia Elétrica quanto no Consumo de Energia Elétrica na Agricultura, no Comércio e nos Serviços, a abertura no consumo de energia elétrica compreende período que se inicia em 2001 - mesmo ano do apagão - deve-se ter cuidado no tratamento intertemporal da informação, uma vez que este foi um ano peculiar.

consumo do Estado e da macrometrópole, com exceção de 2005 (ver Gráfico 9).

Gráfico 9
Taxa % Anual de crescimento do Consumo de Energia Elétrica –Residencial
Estado de São Paulo, Macrometrópole e Jundiaí
2002 -2006



Fonte: Fundação Seade

No entanto, deve-se entender a evolução da população como uma das variáveis explicativas da evolução da demanda de energia. Nesse sentido, Jundiaí apresentou uma Taxa Média de Crescimento Anual da População de 0,77% ao ano, entre 2000 e 2006, menor que a do Estado (0,87%) e que a da Macrometrópole (0,90%). Ou seja, o padrão de crescimento demográfico de Jundiaí é estável e abaixo da média da evolução do consumo de energia elétrica. Paralelo a isso, vale observar o grau de urbanização de Jundiaí (93,96%) como outra possível variável explicativa de um aumento do consumo de energia residencial. Ou seja, o município de Jundiaí já se encontra com um grau de urbanização alto, acima de diversas regiões do Estado como, por exemplo, a Região Administrativa de Sorocaba (84,67%), que está com um grau de urbanização bem inferior, isso na média de 2000 até 2006.

3.1.2 - O Consumo de Energia Elétrica na Agricultura, no Comércio e nos Serviços - (23% do IPRS Riqueza)

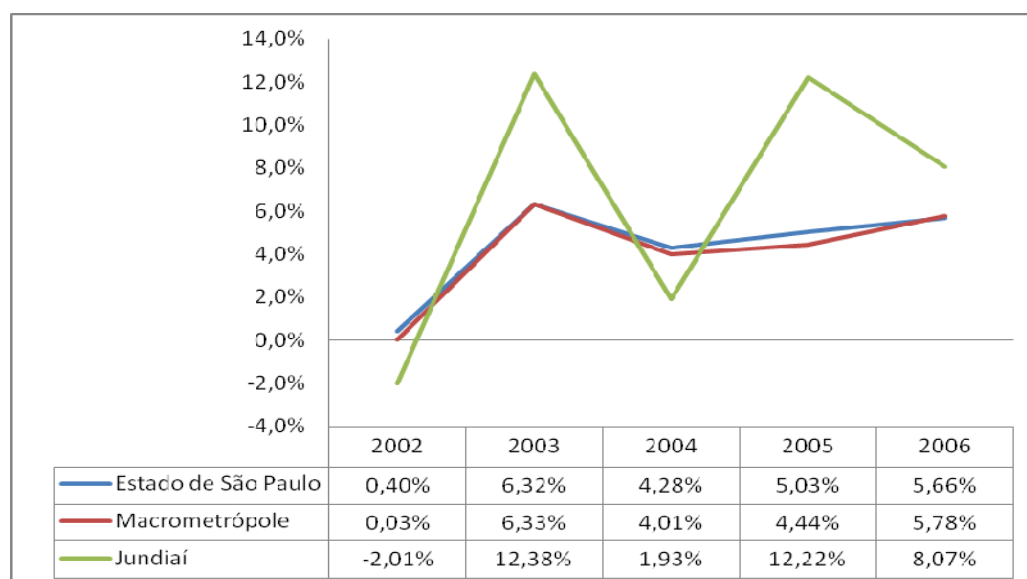
O município de Jundiaí na última década registrou um alto nível de especialização no setor do comércio e dos serviços, por outro lado, a agricultura da região, paulatinamente, apresentou-se como uma atividade econômica que perdeu importância relativa na geração de riqueza do município. Sendo assim, pode-se concluir que o consumo de energia elétrica nas atividades econômicas que compõem o cálculo do índice de riqueza estão praticamente atrelados aos setores de comércio e serviços em Jundiaí.

No ano de 2001, o consumo de energia elétrica no comércio e nos serviços, em Jundiaí, foi de 170.944 MWh, em 2006, o consumo passou para 232.692 MWh. Nota-se um crescimento diferenciado tanto em relação ao Estado de São Paulo quanto em comparação com a Macrometrópole (ver Gráfico 10). Como se a evolução acelerada por si só não bastasse, vale destacar que o consumo por estabelecimento⁴ em Jundiaí, de 16,44 MWh/estab, também está bem acima do identificado por estabelecimento no Estado de São Paulo, de 11,54 MWh/estab.

A evolução da representação do consumo de energia elétrica no comércio e nos serviços do município de Jundiaí em relação a outras regiões demonstra o significativo crescimento dos respectivos setores. No ano de 2001, o consumo de energia do comércio e dos serviços do município representava 60,63% de todo o consumo da Região de Governo de Jundiaí, 1,30% do consumo na Macrometrópole e 1,12% do consumo do Estado de São Paulo. Já no ano de 2006, o mesmo consumo evoluiu de maneira significativa: na Região de Governo de Jundiaí passou a representar 64,62%, na Macrometrópole representou 1,45% e no Estado representou 1,23%.

⁴ Número de estabelecimentos comerciais e de serviços, grandes setores IBGE, na RAIS-Caged: em Jundiaí foi identificado no comércio 8.274 estabelecimentos e no setor de serviços 8.011. No Estado de São Paulo, por sua vez, o comércio foi de 872.627 e no setor de serviços 854.888 estabelecimentos, ano 2007.

Gráfico 10
Taxa de crescimento do Consumo de Energia Elétrica – Comércio e
Serviços (%)
Estado de São Paulo, Macrometrópole e Jundiaí
2002 -2006



Fonte: Fundação Seade

3.1.3 - Remuneração Média dos Empregados com Carteira Assinada e do Setor Público (19% do IPRS Riqueza)

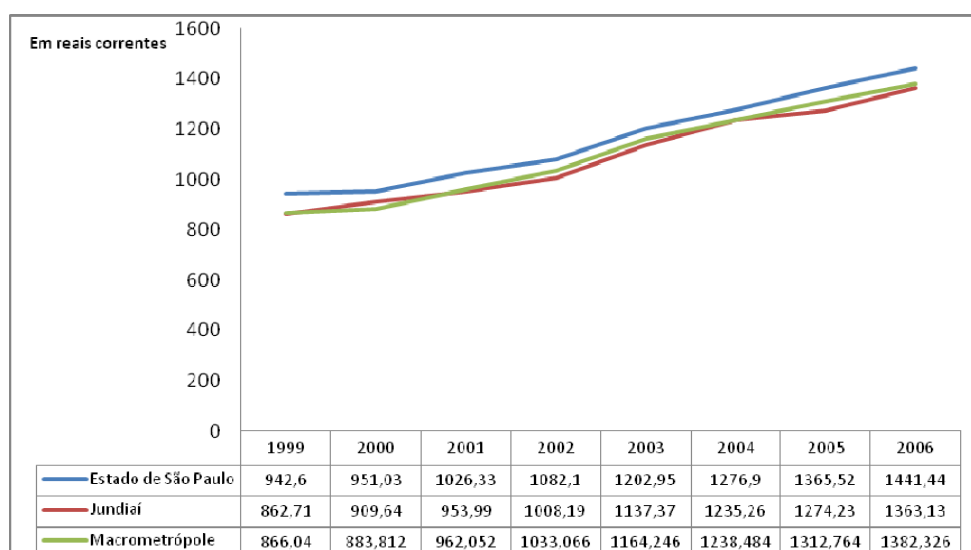
Na nova economia, a combinação de acúmulo de competências na inovação tecnológica e um bom estoque de capital humano são elementos estratégicos. Na pesquisa sobre a evolução da estrutura produtiva (Relatório 1) observou-se de maneira mais atenta a evolução específica no mundo do trabalho e sua configuração tecnológica nas estruturas corporativas do município de Jundiaí. Nesta parte será apresentada apenas uma das variáveis que compõem o indicador de riqueza na composição do IPRS. Ou seja, aqui se procurou analisar a evolução da remuneração média do capital humano de Jundiaí com vínculo formal.

Nota-se (no gráfico 11) uma nítida evolução da remuneração média do capital humano do município de Jundiaí. No final da década de 90, a

remuneração média do empregado de Jundiaí (R\$862,71) estava em patamar inferior tanto da média do Estado (R\$ 942,60) quanto da média da Macrometrópole (R\$ 866,04). No entanto, no ano de 2004, Jundiaí se consolidou em um nível semelhante ao da Macrometrópole, que, por sua vez, diminuiu as assimetrias na remuneração média dos empregados do município em relação às demais regiões do Estado.

As mudanças relativas à remuneração média do capital humano de Jundiaí devem-se principalmente por mudanças na base produtiva do município, uma depuração da indústria local e uma sofisticação e ampliação dos setores de serviços e comércio. Tais mudanças exigiram do estoque de capital humano a capacidade de adquirir novos conhecimentos. Conforme diz a teoria: um trabalho com multi-habilidades.

Gráfico 11
Remuneração Média dos Empregados com Carteira Assinada e do
Setor Público
Estado de São Paulo, Macrometrópole e Jundiaí
1999 -2006



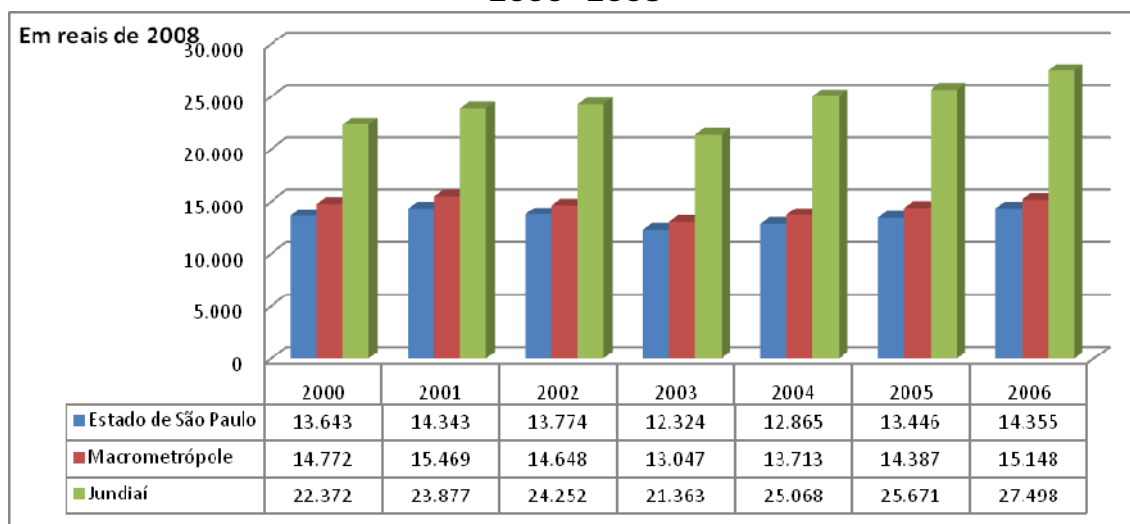
Fonte: Fundação Seade e MTE/Rais-Caged

Deve-se observar que, no período 1999 até 2006, a taxa de crescimento acumulado de Jundiaí foi de 58,0%, enquanto a Macrometrópole registrou, no mesmo período, crescimento de 59,6% e o Estado de São Paulo de 52,9%. Ou seja, a remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público passam por um ciclo de convergência, diminuindo assim as assimetrias salariais.

3.1.4 - Valor Adicionado Fiscal *per capita* (14% do IPRS Riqueza)

O Valor Adicionado Fiscal é o produto da diferença entre o valor das saídas de mercadorias e dos serviços ofertados de uma determinada localidade, e o valor das entradas de mercadorias e dos serviços adquiridos, em cada exercício fiscal. Aplicou-se a lógica do Valor Adicionado Fiscal *per capita* na elaboração do IPRS (dimensão riqueza), forma de comparar a evolução inter-regional no Estado de São Paulo.

Gráfico 12
Valor Adicionado Fiscal *per capita*
Estado de São Paulo, Macrometrópole e Jundiaí
2000 -2008



Fonte: Fundação Seade

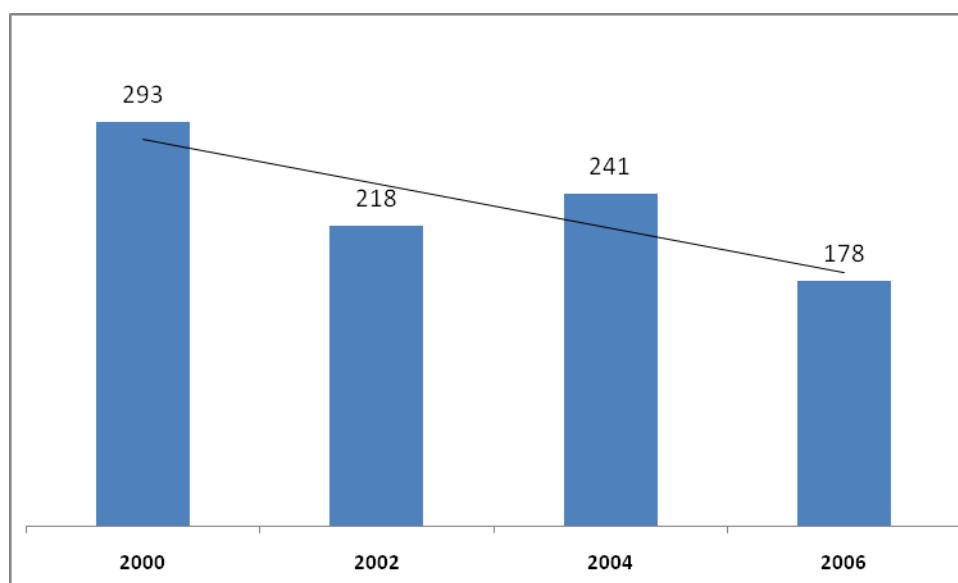
Desta forma, nota-se no município de Jundiaí (ver Gráfico 12), no ano de 2000, um patamar diferenciado do valor adicionado fiscal *per capita* (VAFPC) de R\$ 22.372,00, valor bem acima da média da Macrometrópole (R\$14.772,00) e do Estado de São Paulo (R\$ 13.643,00). Nos anos seguintes o município de Jundiaí não só mantém como amplia a diferença. O VAFPC de Jundiaí, em 2006, era de R\$ 27.498,00, nível muito superior da Macrometrópole (R\$ 15.148,00) e quase o dobro do VAFPC do Estado de São Paulo (R\$ 14.355,00).

3.2 - Dimensão da Longevidade

O município de Jundiaí localiza-se em posição intermediária no escore do *ranking* da dimensão longevidade, porém, pode-se observar uma evolução constante.

No ano de 2000, Jundiaí estava na posição 293 dos municípios paulistas, na dimensão longevidade. No ano de 2006, Jundiaí ultrapassou 115 municípios e saltou para a posição 178 (ver gráfico 13).

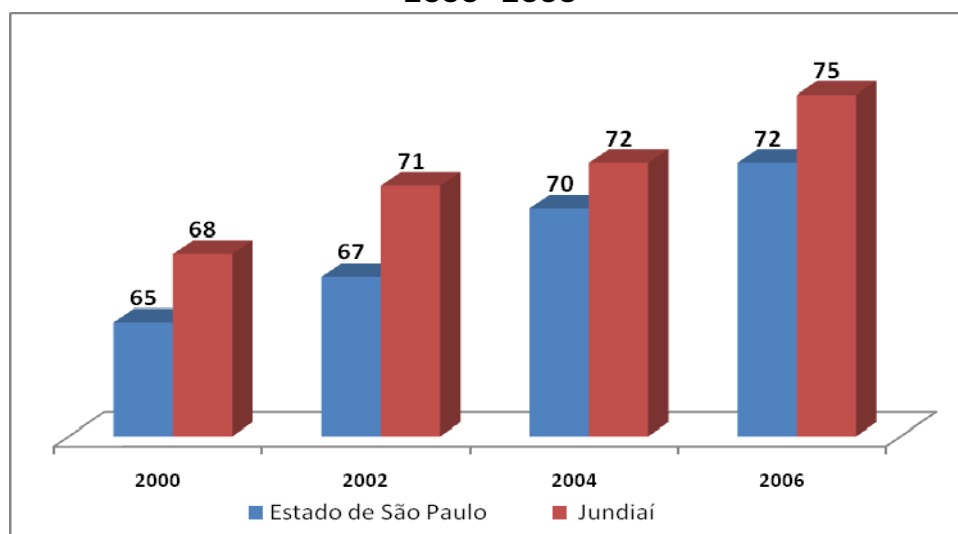
Gráfico 13
Posição do município de Jundiaí no Ranking do Indicador Paulista de Responsabilidade Social – Dimensão Longevidade. 2000-2006



Fonte: Fundação Seade

O indicador sintético de longevidade (ver Gráfico 14), tanto do Estado de São Paulo quanto do município de Jundiaí, demonstrou uma evolução constante, com a diferença que o município permaneceu acima da média do Estado.

Gráfico 14
Indicador Paulista de Responsabilidade Social – Indicador sintético da Dimensão Longevidade.
Estado de São Paulo e Jundiaí
2000 -2006



Fonte: Fundação Seade

O indicador foi constituído a partir da combinação das seguintes variáveis: mortalidade perinatal (representando 30% da composição), mortalidade infantil (30%), Mortalidade de adultos com 60 e mais (20%) e de Mortalidade de Adultos entre 15 e 34 anos⁵ (20%).

3.2.1 - Mortalidade Perinatal (30% do IPRS Longevidade)

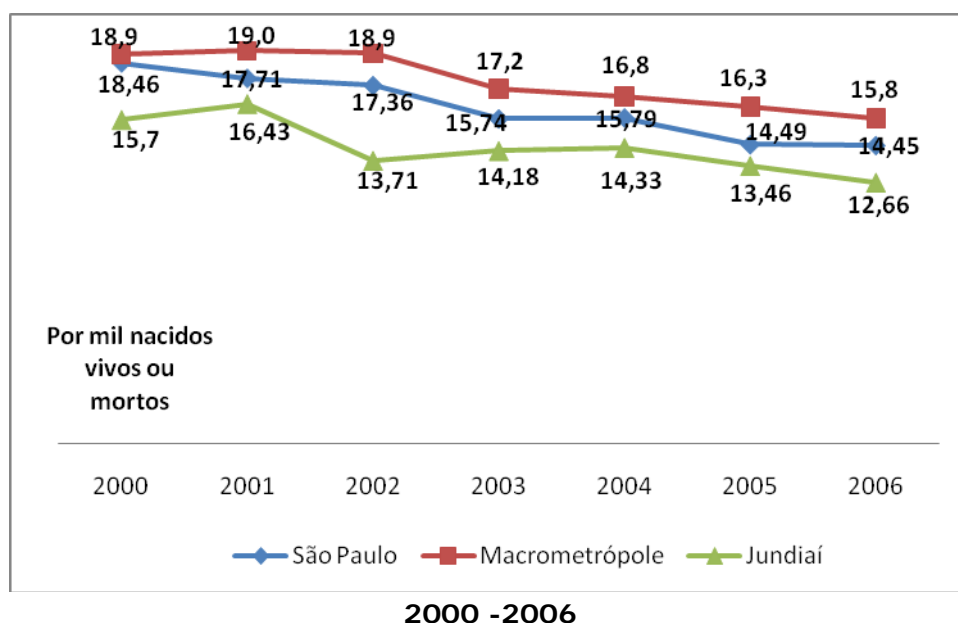
A mortalidade perinatal demonstra, essencialmente, características do sistema de assistência à saúde materno-infantil. O Gráfico 15 mostra uma tendência de melhora nas condições relativas à garantia de saúde e oferta da infra-estrutura das ciências da vida humana focada na assistência ao período que precede e sucede imediatamente o nascimento.

⁵ Na metodologia empregada pelo IPRS foi utilizado a Mortalidade de Adultos entre 15 e 39 anos, porém, não existia esta informação disponível. Utilizou-se a Mortalidade de Adultos entre 15 e 34 anos

Neste sentido, o acompanhamento dos períodos demonstrou certa evolução na oferta de infra-estrutura e pessoal especializado em serviço perinatal. No ano de 2000, o Estado de São Paulo registrava uma mortalidade Perinatal de 18,46 por mil nascidos vivos ou mortos. No mesmo período, a Macrometrópole registrava uma mortalidade de 18,9 e o município de Jundiaí de 15,7. Por sua vez, os mesmos registros no ano de 2006 demonstraram melhora significativa em todas as esferas: o Estado registrou 14,45 óbitos por mil nascidos vivos ou mortos, a Macrometrópole 15,8 e o município de Jundiaí 12,66.

Enfim, a sinergia de esferas de governo direcionadas a constituição de ações a melhora da qualidade da oferta de serviços Perinatal, o conjunto de políticas públicas direcionadas a atingir as metas do milênio relacionadas à redução da mortalidade infantil começam a surtir efeito.

Gráfico 15
Taxa de Mortalidade Perinatal – Por mil nascidos vivos ou mortos.
Estado de São Paulo, Macrometrópole e Jundiaí



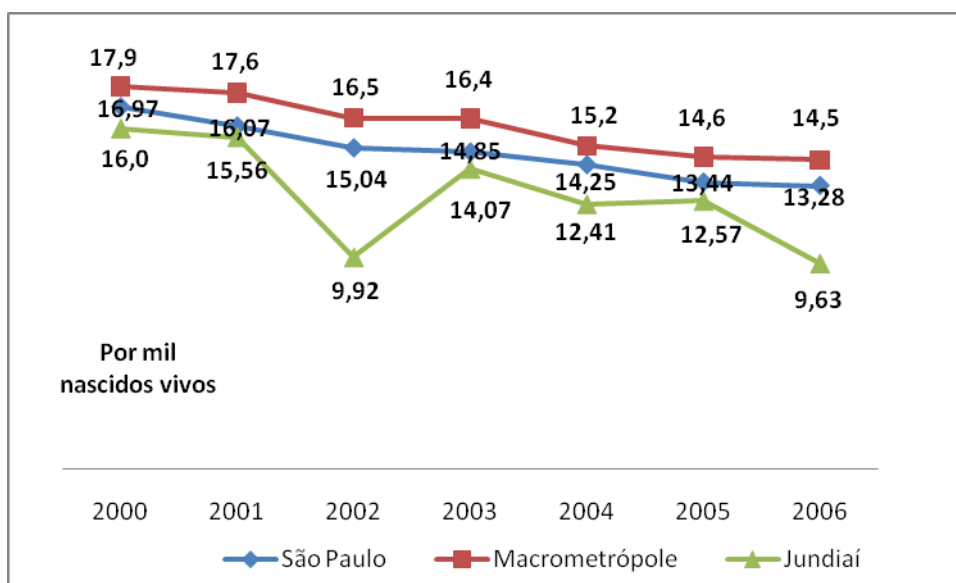
Fonte: Fundação Seade

3.2.2 - Mortalidade Infantil - (30% do IPRS Longevidade)

O indicador de Mortalidade Infantil é proposto como forma de monitoramento da agenda dos Objetivos do Milênio, são indicadores bastante usados para apontar condições de qualidade de vida de uma determinada população. Tal indicador, ao mesmo tempo, reflete esferas distintas de uma determinada região ou população: contempla a oferta de saneamento (ou vulnerabilidade a fatores ambientais) e fatores sócio-econômicos (nível de escolaridade materno e nível de renda).

Deve-se observar no Gráfico 16 uma queda expressiva da Taxa de Mortalidade em todas as regiões observadas. O Estado de São Paulo, no ano de 2000, registrava uma taxa de mortalidade infantil de 16,97 por mil nascidos vivos, na Macrometrópole observava-se uma taxa de 17,9 e no município de Jundiaí a taxa era de 16,0. No ano de 2006, as mesmas taxas demonstravam evolução negativa expressiva: o Estado de São Paulo atingiu a taxa de 13,28, a macrometrópole de 14,5 e Jundiaí de 9,63.

Gráfico 16
Taxa de Mortalidade Infantil – Por mil nascidos vivos.
Estado de São Paulo, Macrometrópole e Jundiaí
2000 -2008



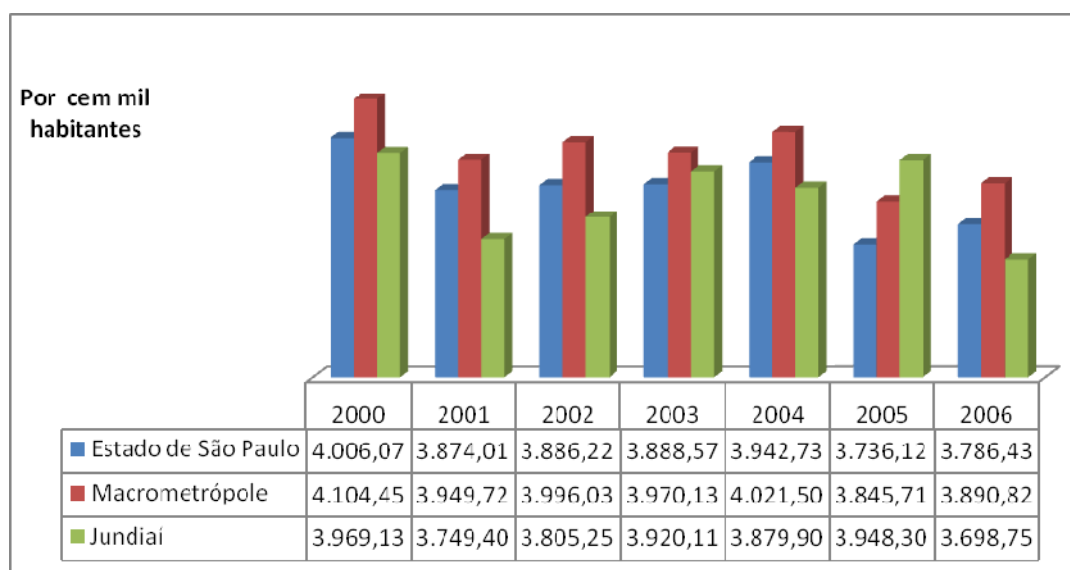
Fonte: Fundação Seade

3.2.3 - Taxa de Mortalidade da População de 60 e mais (20% do IPRS Longevidade)

A taxa de mortalidade da população de 60 anos e mais demonstra a qualidade da oferta dos sistemas de saúde vigente e o tipo de serviço ofertado aos idosos. Pode-se, também, observar o padrão de vida da população idosa, com perspectiva da vulnerabilidade social e até seus hábitos alimentares, consumo de fumo etc.

Paulatinamente, percebe-se ligeira melhora nas três regiões comparadas. No ano de 2000, o Estado de São Paulo apresentava 4.006,07 óbitos por cem mil habitantes nessa faixa etária, a macrometrópole registrava 4.104,45 e o município de Jundiaí 3.969,13. No ano de 2006, o município de Jundiaí apresentou 3.698,75 óbitos por cem mil habitantes enquanto o Estado de São Paulo registrou 3.786,43 óbitos por cem mil habitantes, a macrometrópole, um pouco atrás, registrava 3.890,82 óbitos (ver Gráfico 17).

Gráfico 17
Taxa de Mortalidade da População de 60 anos e mais – Por cem mil habitantes nessa faixa etária.
Estado de São Paulo, Macrometrópole e Jundiaí
2000 -2007



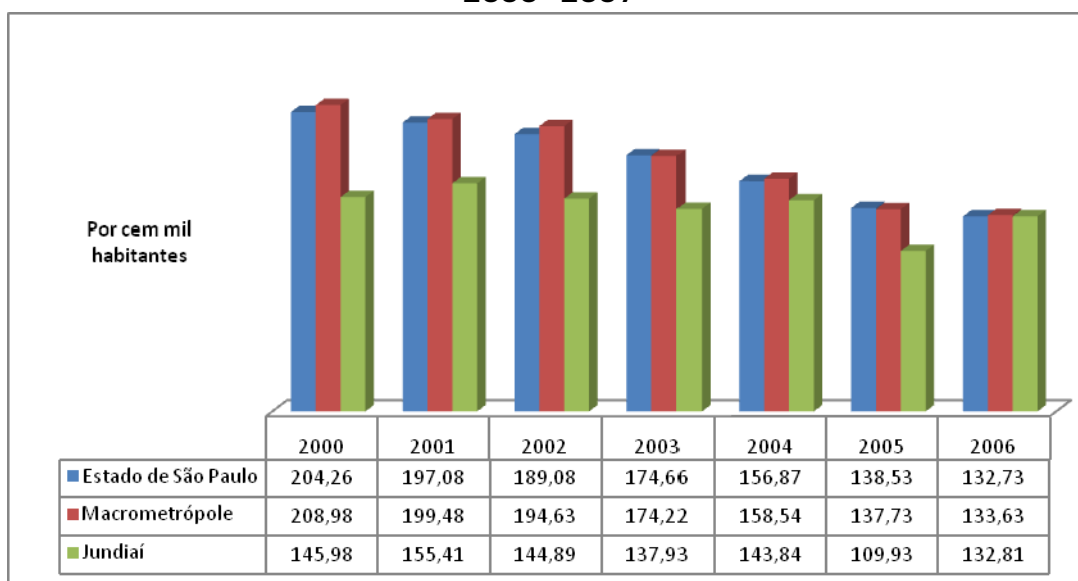
Fonte: Fundação Seade

3.2.4 - Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (20% do IPRS Longevidade)

As variáveis explicativas da taxa de mortalidade da População entre 15 e 34 anos podem ser questões relacionadas à violência (homicídios), ou a forma e a qualidade vida dos jovens e adultos (acidentes, aids etc). Deve-se registrar uma pequena ressalva: na elaboração do indicador sintético de longevidade a taxa empregada é de mortalidade da população entre 15 e 39 anos, porém, o ano aberto que tivemos acesso foi da população entre 15 e 34 anos.

Deve-se observar no Gráfico 18 uma tendência positiva no último período. O Estado de São Paulo, no ano de 2000, registrou 204,26 óbitos por cem mil habitantes nessa faixa etária, enquanto a macrometrópole possuía 208,98 e o município de Jundiaí 145,98 óbitos. No ano de 2006, o Estado de São Paulo registrou 132,73, a macrometrópole com 133,63 e o município de Jundiaí com a marca de 132,81 óbitos por cem mil habitantes nessa faixa etária.

Gráfico 18
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 anos – Por cem mil habitantes nessa faixa etária.
Estado de São Paulo, Macrometrópole e Jundiaí
2000 -2007

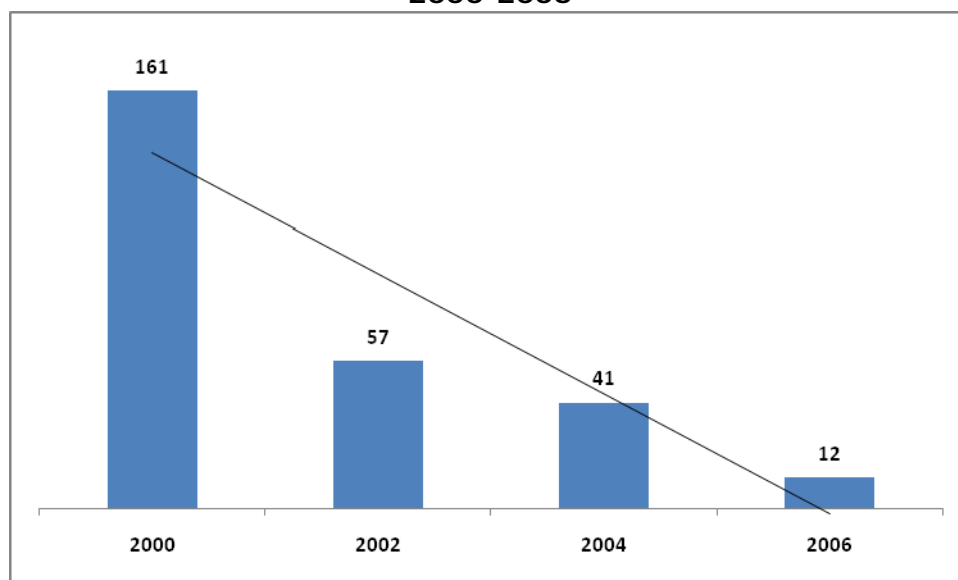


Fonte: Fundação Seade

3.3 - Dimensão da Escolaridade

O município de Jundiaí tem demonstrado excelente evolução no ranking da dimensão escolaridade – no IPRS. O Gráfico 19 permite uma clara visualização dos avanços conquistados pelo município de Jundiaí na dimensão escolaridade, em quatro edições Jundiaí superou 149 municípios. No ano de 2000, Jundiaí ocupava a 161ª posição e passa para a 12ª posição no ano de 2006.

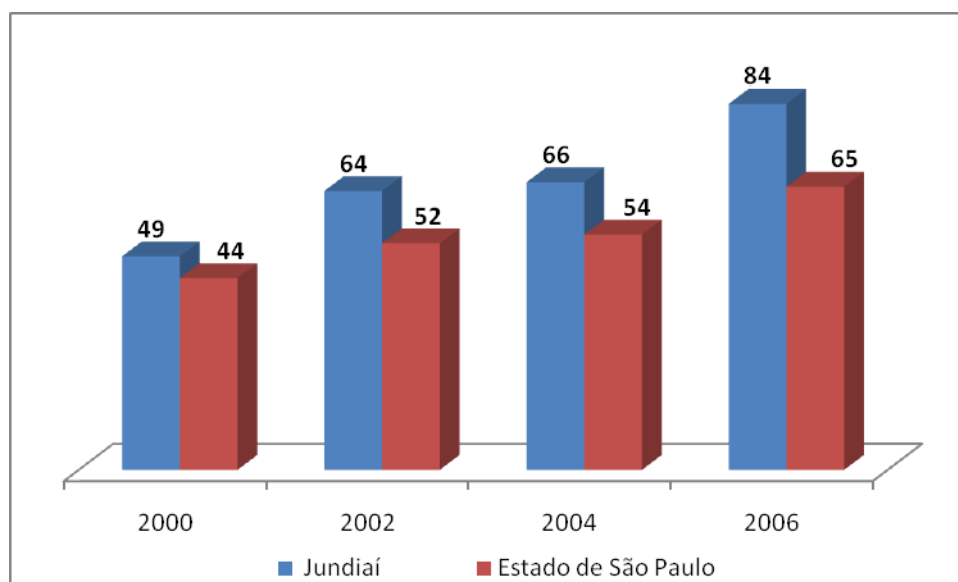
Gráfico 19
Posição do município de Jundiaí no Ranking do Indicador Paulista de Responsabilidade Social – Dimensão Escolaridade. 2000-2006



Fonte: Fundação Seade

O indicador sintético da dimensão escolaridade é composto pelos seguintes indicadores: Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental (que representa 36% de contribuição do indicador), Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade (8%), Porcentagem de jovens de 18 a 19 anos que concluíram o ensino médio (36%) e Porcentagem de crianças de 5 e 6 anos que freqüentam a pré-escola (20%). Jundiaí suplantou em todos os anos a média do estado de São Paulo no indicador sintético da dimensão escolaridade (ver Gráfico 20).

Gráfico 20
Indicador Paulista de Responsabilidade Social – Indicador sintético da
Dimensão Escolaridade.
Estado de São Paulo e Jundiaí
2000 -2006



Fonte: Fundação Seade

Entretanto, ao contrário das demais dimensões, na dimensão escolaridade não se teve acesso as aberturas que compõem o indicador

sintético. Na análise da dimensão escolaridade foram utilizadas as próprias aberturas padronizadas (ver modelo formulado pela Fundação Seade). Deve-se destacar que tais aberturas possuem alguns problemas, o primeiro deles é que o olhar torna-se estático, uma vez que os dados apresentados são referentes somente ao ano de 2006. O segundo problema, os dados são apresentados no critério padronizado de indicador, conforme o modelo do IPRS, ou seja, somente um indicador de 0 a 100 para cada componente analisado.

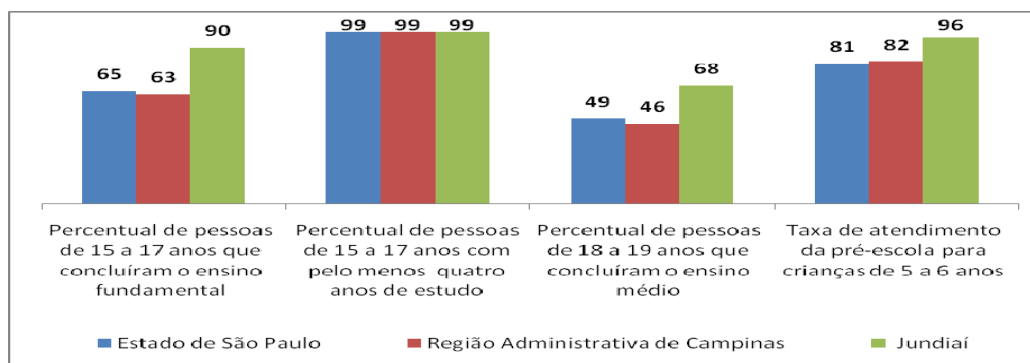
Foi escolhida a faixa etária de 15 a 17 anos para a avaliação do ensino fundamental porque esse grupo conforma a demanda em potencial do ensino médio. Nesse sentido, no ano de 2006 observa-se no Gráfico 21 que o município de Jundiaí (indicador 90) está muito a frente tanto do Estado de São Paulo (indicador 65) quanto da Região Administrativa de Campinas (indicador 63).

A análise da Porcentagem de jovens de 15 a 17 anos com pelo menos quatro anos de escolaridade é um componente que, mesmo indiretamente, expressa o analfabetismo funcional entre os jovens. Neste componente, percebe-se que as regiões analisadas, no ano de 2006, estão em uma situação virtuosa, os números do Estado de São Paulo, da Região Administrativa de Campinas e do município de Jundiaí possuem um indicador de 99.

A faixa etária de 18 e 19 anos foi selecionada para a variável relativa ao ensino médio, que em um cenário ideal corresponde à idade em que os jovens ingressam na universidade. Jundiaí mesmo apresentando um indicador discreto de 68, ainda assim, o município está bem a frente tanto do Estado de São Paulo (indicador 49) quanto da Região Administrativa de Campinas (indicador 46).

A taxa de atendimento da pré-escola para crianças de 5 a 6 anos pode ser analisado como a perspectiva futura da dimensão da escolaridade em uma região. Ou seja, é o enlace entre o presente e o futuro de uma região ou população. No gráfico 21, o município de Jundiaí (indicador 96) demonstra que está em um patamar superior tanto em relação ao Estado (indicador 81) quanto em relação à Região Administrativa de Campinas (indicador 82).

Gráfico 21
Indicador Paulista de Responsabilidade Social – Indicador sintético da
Dimensão Escolaridade.
Estado de São Paulo e Jundiaí



2006

Fonte: Fundação Seade

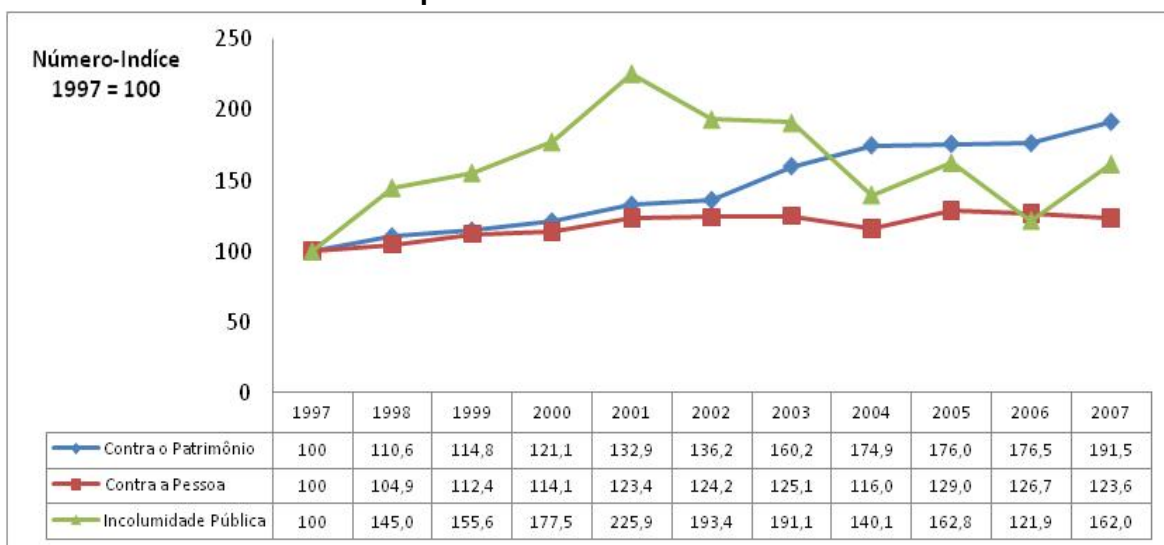
4 - Segurança Pública no Município de Jundiaí

A questão da Justiça e da Segurança compõe um dos temas estratégicos ligados ao desenvolvimento social. Constitui-se em um tema crítico da nova agenda de políticas públicas e, conseqüentemente, suscita um intenso debate sobre a importância de indicadores de monitoramento para a discussão da violência.

No caso de Jundiaí, os dados mostram uma evolução desigual dos indicadores: os crimes de incolumidade pública, que incluem desde o tráfico e uso de entorpecentes até o uso ilegal da medicina, mostraram patamar superior aos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, até 2001, tendo a partir daí trajetória de queda (embora errática). Outra tendência importante que deve ser destacada é o “descolamento” entre o ritmo de crescimento dos crimes contra o patrimônio e os crimes contra a pessoa – os primeiros mostram forte ascendência a partir de 2003 para, em 2004, ultrapassar o ritmo de crescimento dos crimes contra a incolumidade

publica, enquanto que os crimes contra a pessoa mostram relativa estabilidade a partir de 2001 (ver Gráfico 22).

Gráfico 22
Evolução dos crimes contra o patrimônio, contra a pessoa e incolumidade Pública, segundo o critério de número-índice – 1997=100
Município de Jundiá - 1997-2007



Fonte: Fundação Seade

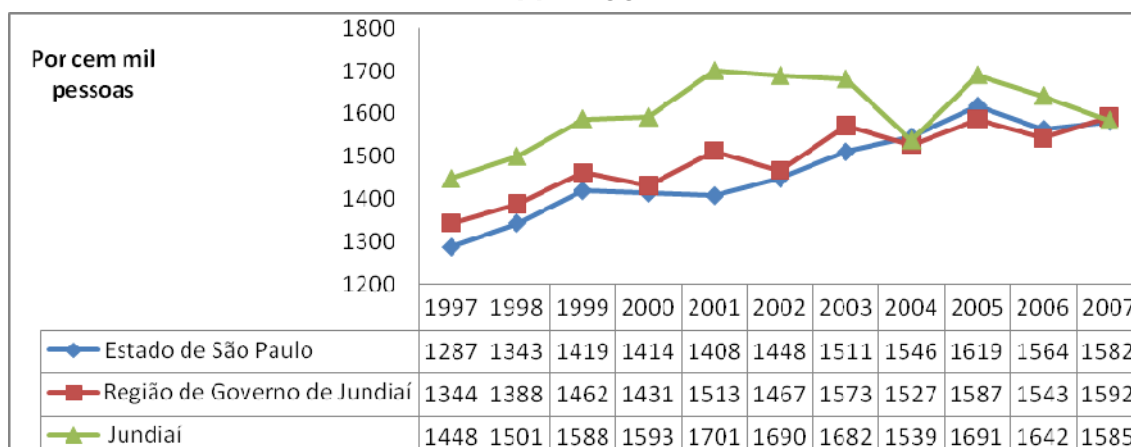
Para o melhor entendimento do comportamento dos índices apresentados, a análise abaixo descreve sua evolução com indicadores mais desagregados e em termos comparativos, servindo-se para isso tanto das tendências observadas na Região de Governo de Jundiá e do Estado de São Paulo.

4.1 - Crimes contra Pessoa

As taxas relativas aos crimes contra a pessoa mostram uma relativa estabilidade em Jundiá em dez anos. Em 1997 o indicador era de 1.448 crimes por mil pessoas e alcança 1.585 em 2007, patamar muito próximo aquele verificado no Estado (1.582) e na Região de Governo de Jundiá (1.592, ver Gráfico 23).

Gráfico 23
Números absolutos dos crimes Contra a Pessoa, Por cem mil pessoas

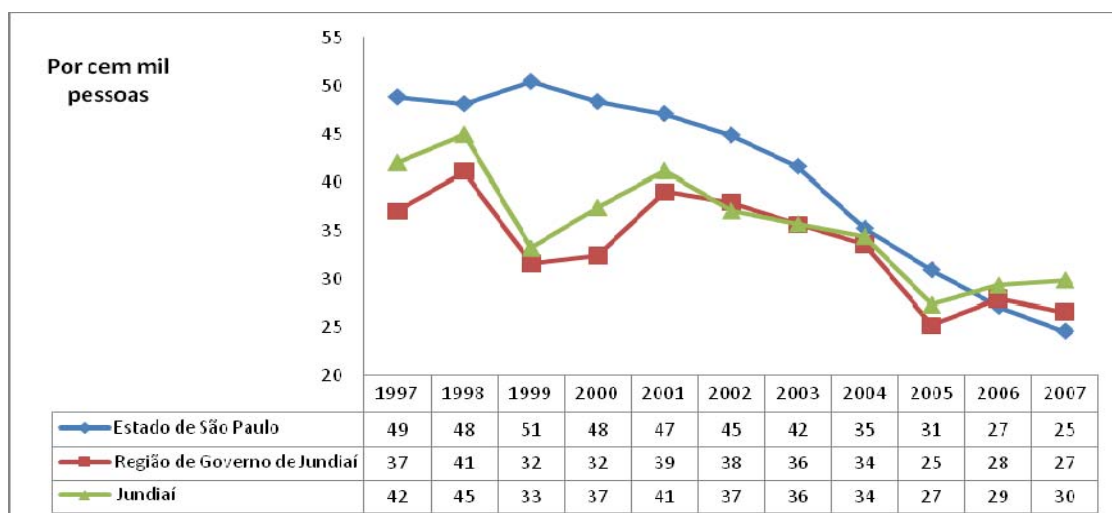
**Estado de São Paulo, Região de Governo de Jundiaí e Município de Jundiaí
1997-2007**



Fonte: Fundação Seade

É importante notar que entre os crimes contra a pessoa, há um forte arrefecimento do número de homicídios no período nesses dez anos: a taxa de homicídios no município se reduz de 42 homicídios por mil habitantes para 29 entre 1997 e 2007. A redução do número de homicídios em Jundiaí é uma tendência que se esboça em todo o Estado de São Paulo. Entretanto, enquanto no Estado esse processo de queda se dá de forma linear a partir de 1999 e se estende até 2007, em Jundiaí a tendência de redução se inicia mais em 2002 e estabiliza-se em 2007. Nesse sentido, taxa de homicídios do município nesse último ano encontra-se em patamar superior à aquele verificado na média do Estado (Gráfico 24)

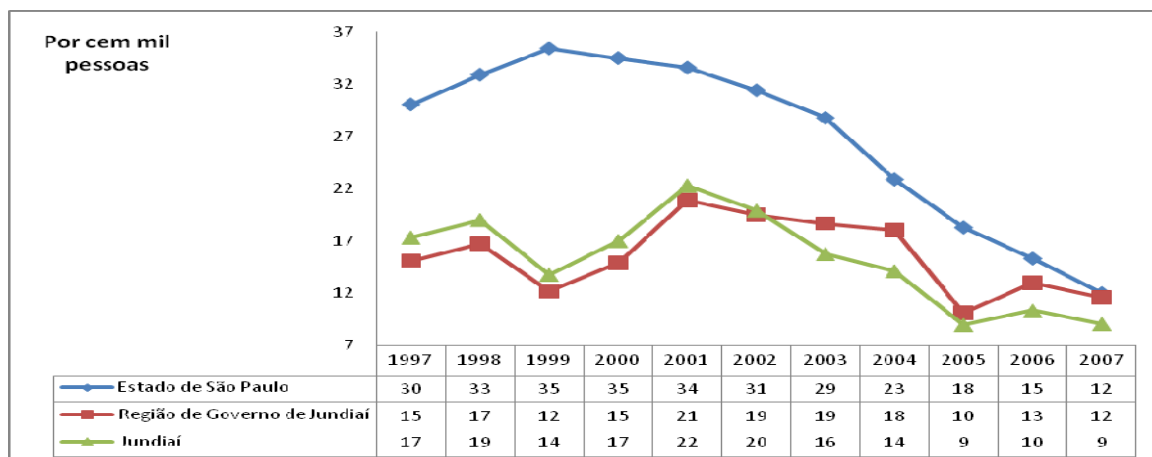
Gráfico 24
Números dos homicídios, agregado doloso e culposo, Por cem mil pessoas
Estado de São Paulo, Região de Governo de Jundiaí e Município de Jundiaí
1997-2007



Fonte: Fundação Seade

O comportamento da taxa de homicídios, entretanto, mostra comportamentos diferentes segundo o tipo de homicídio. Em relação aos homicídios dolosos, definido como o ato de matar alguém deliberadamente, ou seja, com intenção e vontade de fazê-lo, há uma expressiva queda do indicador de 17 para 9 em cem mil habitantes entre 1997 e 2007, patamar inferior ao do Estado de São Paulo e da Região de Governo de Jundiaí (12 casos em cem mil habitantes, (ver Gráfico 25).

Gráfico 25
Números dos homicídios dolosos, Por cem mil pessoas
Estado de São Paulo, Região de Governo de Jundiaí e Município de Jundiaí
1997-2007

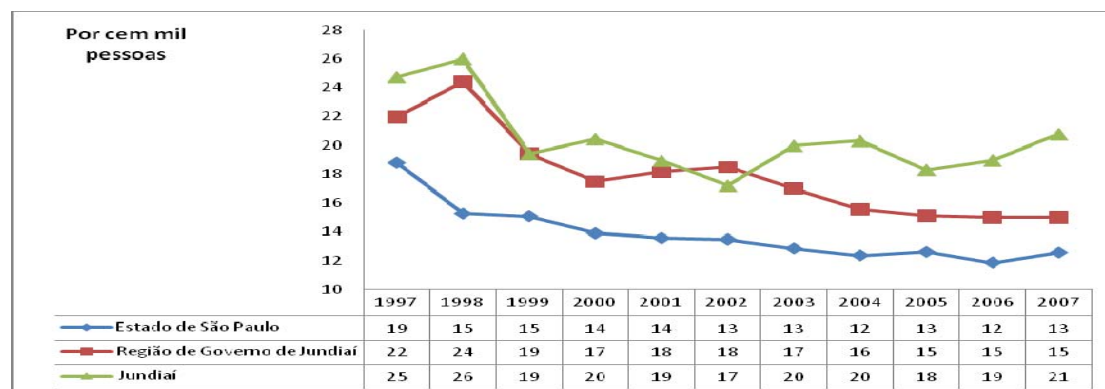


Fonte: Fundação Seade

Comportamento distinto tem os chamados homicídios culposos, que se referem ao ato de matar uma pessoa, por imperícia, imprudência ou negligência, ou seja, sem intenção, tais como aqueles que ocorrem em acidentes de trânsito. Nesse tipo de homicídio, enquanto o Estado de São Paulo mostra queda de 19 para 13 em cem mil habitantes, o município mostra redução menos acentuada, de 25 para 21 entre 1997 e 2007. Nesse

último ano, Jundiaí apresenta taxa superior a de sua Região de Governo (15 em cem mil habitantes, ver Gráfico 26).

Gráfico 26
Números absolutos dos homicídios culposos, Por cem mil pessoas
Estado de São Paulo, Região de Governo de Jundiaí e Município de Jundiaí
1997-2007

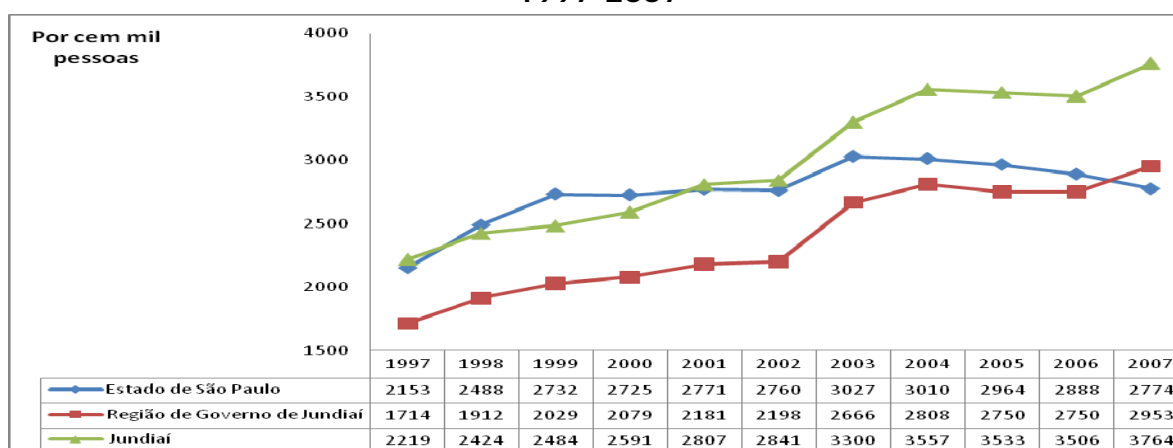


Fonte: Fundação Seade

4.2 - Crimes Contra o Patrimônio

Em relação aos crimes contra o patrimônio, em contrapartida, o Gráfico 27 mostra uma elevação das taxas, que passam de 2.219 por cem mil habitantes em 1997 para 3.764 em 2007. O crescimento desses crimes mostra uma dinâmica de crescimento no município mais pronunciada que a média do Estado: ainda que a evolução desse tipo de contravenção também seja crescente no Estado, a partir de 2001 as taxas anuais desse tipo de crime são superiores aquelas verificadas no Estado de São Paulo e mais significativas que as da Região de Governo de Jundiaí.

Gráfico 27
Números absolutos dos crimes contra o patrimônio, Por cem mil pessoas
Estado de São Paulo, Região de Governo de Jundiaí e Município de Jundiaí
1997-2007

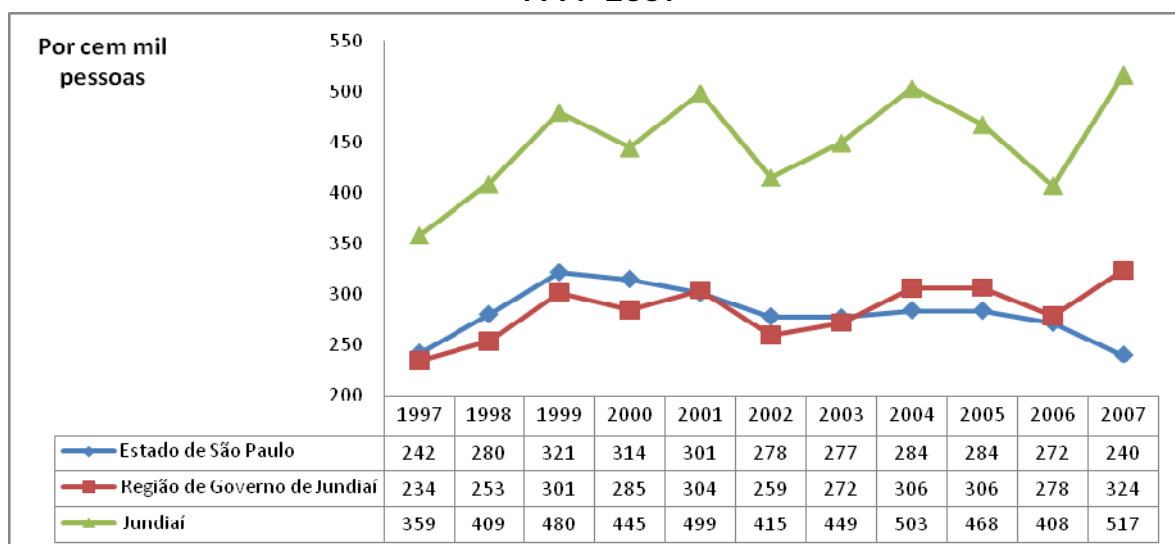


Fonte: Fundação Seade

A evolução dos crimes contra o patrimônio é relativamente heterogênea conforme se analisam os vários tipos de crime que se classificam nessa categoria. Tal como os crimes contra a pessoa, não se pretende aqui uma análise exaustiva de todos os tipos de ocorrências, mas uma análise das que sinalizam tendências mais críticas.

No caso de furtos de veículos, o município apresenta indicadores com taxas crescentes, superiores aos do Estado de São Paulo e da Região de Governo de Jundiaí. Entre 1997 e 2007, o número de crimes desta categoria eleva-se no município de 359 em cem mil habitantes para 517, na Região de Governo de 234 para 324 e no Estado esse indicador é semelhante nos dois períodos (cerca de 240 crimes por cem mil habitantes, ver Gráfico 28).

Gráfico 28
Números dos furtos de veículos consumados, Por cem mil pessoas
Estado de São Paulo, Região de Governo de Jundiaí e Município de Jundiaí
1997-2007

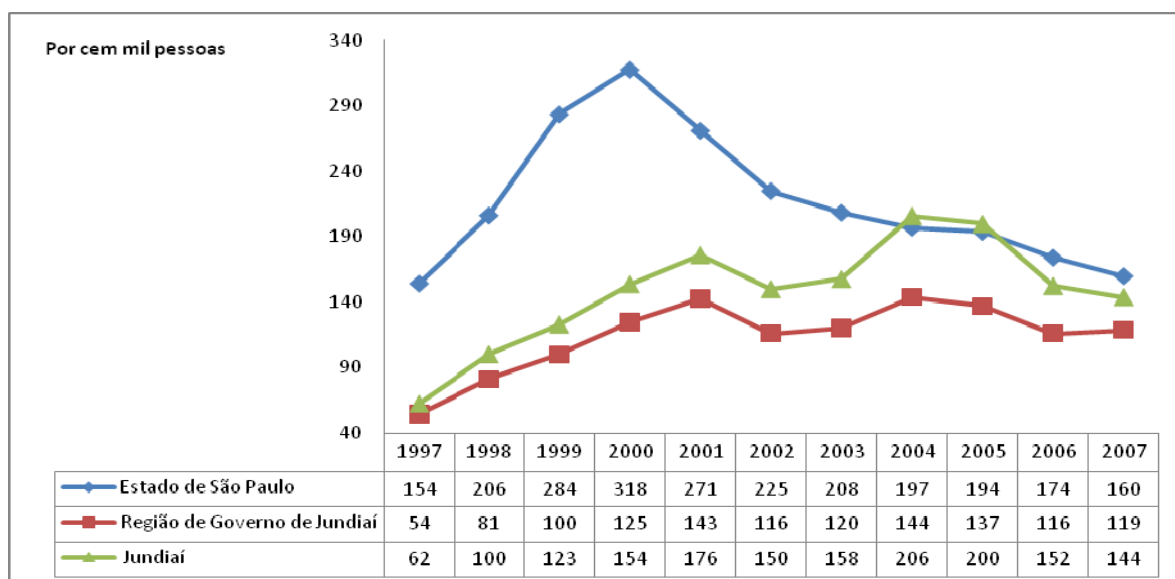


Fonte: Fundação Seade

Já os roubos de veículos, isto é, no ato de subtrair veículo alheio, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, ou depois de havê-la por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência, o indicador mostra a forte tendência de crescimento no

município (ver Gráfico 29). Enquanto eram contabilizados 62 roubos de veículos por cem mil habitantes em Jundiaí, 54 na Região de Governo e 154 no Estado de São Paulo em 1997, em 2007 esses indicadores são de, respectivamente, 144, 119 e 160. Todavia, vale notar que o indicador no município mostra tendência declinante a partir de 2004.

Gráfico 29
Números dos roubos de veículos consumados, Por cem mil pessoas
Estado de São Paulo, Região de Governo de Jundiaí e Município de Jundiaí
1997-2007



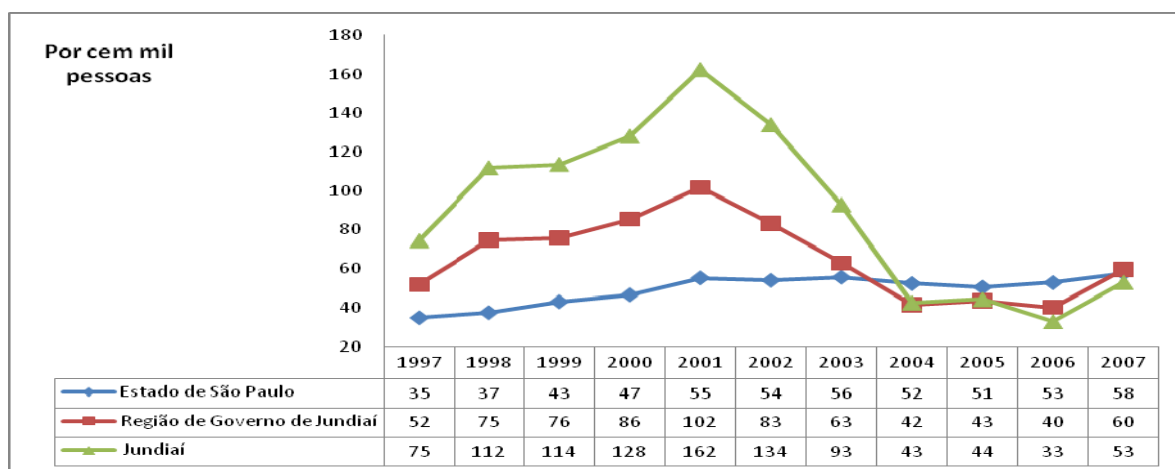
Fonte: Fundação Seade

4.3 - Crimes contra a Incolumidade Pública

Os crimes contra a incolumidade pública são aqueles no qual existe a configuração de perigo comum, ou seja, aquele que expõe a perigo pessoas

e coisas indeterminadas. Em suma, é a ameaça de dano à comunidade. Podem ser exemplificados como o tráfico ou uso de entorpecentes, incêndios, charlatanismo, exercício ilegal da medicina, etc. Entre as categorias de crime contra incolumidade pública mais grave estão aqueles relacionados ao uso e tráfico de entorpecentes (ver Gráfico 30). Em relação ao uso de entorpecentes, os dados de Jundiaí mostram tendência declinante. Em 1997, o município apresentava 75 ocorrências por cem mil habitantes, proporção superior a média do Estado (35) e de sua Região de Governo (52). Entretanto, há uma forte inversão de tendência a partir de 2001, sendo que já em 2004 o município passa apresentar uma taxa inferior à aquela verificada no Estado – apesar da elevação do indicador em 2007.

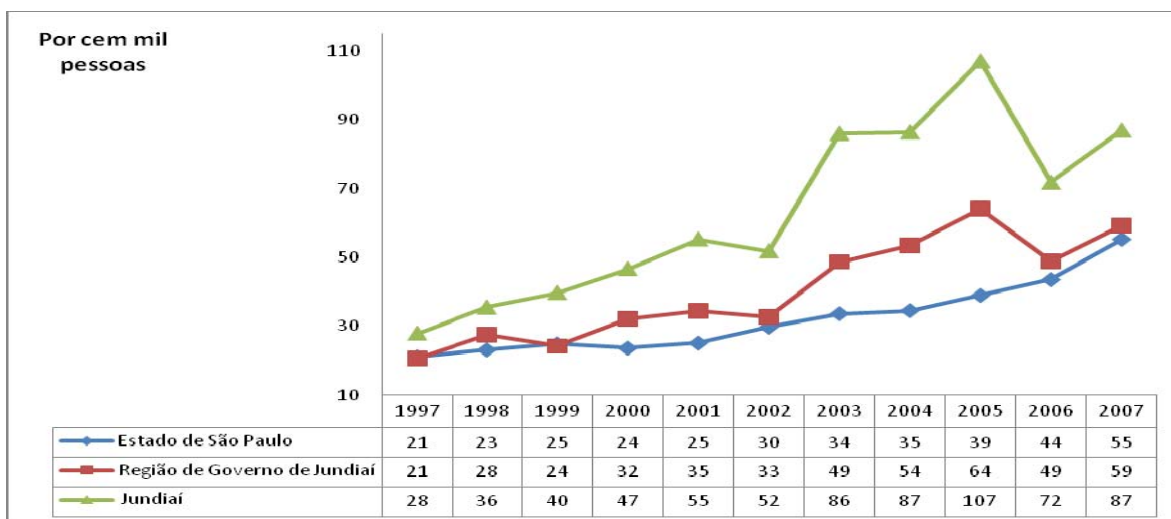
Gráfico 30
Números absolutos do uso de entorpecentes, Por cem mil pessoas
Estado de São Paulo, Região de Governo de Jundiaí e Município de Jundiaí
1997-2007



Fonte: Fundação Seade

No que se refere ao tráfico de entorpecentes, nota-se tendência contrária à aquela verificada em relação ao uso de entorpecentes: enquanto o Estado e a Região de Governo saem de um patamar de 21 ocorrências em cem mil habitantes para, respectivamente, 55 e 59 ocorrências, o município salta de 28 para 87 (ver Gráfico 31).

Gráfico 31
Números absolutos do tráfico de entorpecentes, Por cem mil pessoas
Estado de São Paulo, Região de Governo de Jundiaí e Município de Jundiaí
1997-2007



Fonte: Fundação Seade

5 - Índice de Vulnerabilidade a Violência

Recentemente, o Ministério da Justiça dentro do projeto Juventude e prevenção da Violência, divulgou o Índice de Vulnerabilidade a Violência – IVC para o ano de 2009, na qual são classificados em ranking todos os municípios com mais de cem mil habitantes segundo uma combinação de variáveis que contemplam os níveis de exposição do contingente juvenil à violência urbana, a permanência na escola, a forma de inserção no mercado de trabalho e o contexto socioeconômico dos municípios de residência desses jovens e adolescentes.

Em cada dimensão foram construídos indicadores sintéticos, expressos em escalas que variam no intervalo entre 0 (zero) e 1 (um), em que 0 representa situações de menor vulnerabilidade diante do fenômeno mensurado e 1 o de maior grau. A média ponderada desses indicadores setoriais gerou o Índice de Vulnerabilidade Juvenil – Violência (IVJ-Violência), para o qual quanto maior o valor do município na escala, maior o grau de exposição e, portanto, mais vulnerável sua população jovem. O Quadro abaixo apresenta os componentes dos indicadores sintéticos

setoriais e seus respectivos pesos na construção dos indicadores, bem como os pesos que definem o IVJ-V.⁶

Dimensão	Peso do Indicador
Violência entre os jovens	
Indicador de mortalidade por homicídios -	
Indicador de homicídios entre adolescentes de 12 a 18 anos (IHA)	0,333
Indicador de homicídios entre jovens de 19 a 24 anos (IHJ1)	0,333
Indicador de homicídios entre jovens de 25 a 29 anos (IHJ2)	0,333
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito -	
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre adolescentes de 12 a 18 anos (IAA)	0,300
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre jovens de 19 a 24 anos (IAJ1)	0,300
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre jovens de 25 a 29 anos (IHJ2)	0,400
Frequência à escola e situação de emprego entre os jovens	
Indicador de frequência a escola e emprego -	
Porcentual de adolescentes de 12 a 18 anos que não frequentam escola	0,333
Porcentual de jovens de 18 a 24 anos que não estudam e não trabalham	0,333
Porcentual de jovens de 15 a 29 anos com inserção precária no mercado de trabalho ⁽¹⁾	0,333
Pobreza e desigualdade no município	
Indicador de pobreza -	
Porcentual de pessoas com menos de ½ salário mínimo de renda familiar per capita	0,333
Porcentual de pessoas de 25 anos e mais com menos de 8 anos de estudo	0,333
Porcentual de pessoas de 12 a 29 anos residentes no município	0,333
Indicador de desigualdade -	
Porcentual de pessoas de 25 anos e mais com mais de 11 anos de estudo	0,500
Porcentual de domicílios localizados em assentamentos precários	0,500
Índice de Vulnerabilidade Juvenil – Violência (IVJ-V)	
Indicador de mortalidade por homicídios	0,225
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	0,225
Indicador de frequência à escola e emprego	0,175

⁶ Segundo as referências metodológicas disponíveis em http://www.forumseguranca.org.br/institucional/wp-content/uploads/2009/11/relatorio_pjpv_2009.pdf. Para as questões relativas à escolaridade e emprego, foram calculados indicadores que expressam a parcela de jovens e adolescentes que não frequentam escola e aqueles que se inserem de forma precária no mercado de trabalho.

Indicador de pobreza

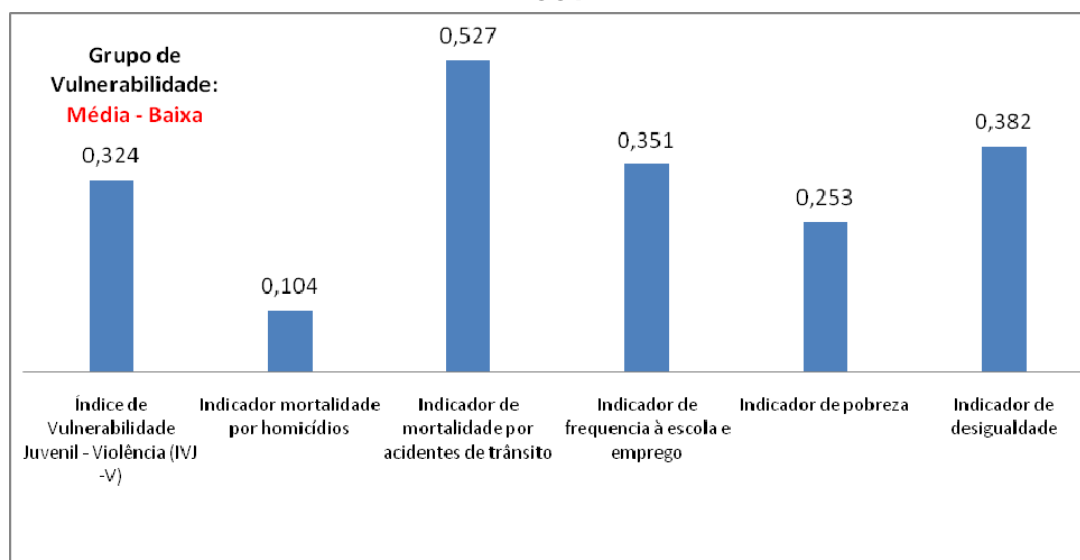
0,175

Indicador de desigualdade

0,200

No caso de Jundiaí, dentre os 266 municípios com mais de 100 mil habitantes, o município ocupa a 194ª posição em 2009, em uma escala em que o 1º município é o de pior situação e o 266º o de melhor. No ranking do Estado de São Paulo, a cidade está na colocação 32ª entre 73 municípios para o qual o indicador foi calculado. O Gráfico 32 traz os resultados das cinco dimensões do IVJ-V: o melhor índice é o que mede a mortalidade por homicídios (0,104); em segundo lugar aparece o indicador de pobreza (0,253) e na sequência do melhor para o pior aparecem: a frequência na escola e no emprego (0,351); indicador de desigualdade (0,382) e na pior situação o indicador de mortalidade por acidente de trânsito (0,527).

Gráfico 32
Índice de Vulnerabilidade juvenil e seus componentes. Indicador mortalidade por homicídios, indicador de mortalidade por acidentes de trânsito, indicador de frequência à escola e emprego, indicador de pobreza e indicador de desigualdade.
Município de Jundiaí
2009



Fonte: Fundação Seade

A tabela abaixo mostra o ranking com maiores detalhes no Estado de São Paulo. Nela, é possível observar que Jundiaí é considerado o município de média-baixa vulnerabilidade. No ranking do indicador "Mortalidade por

Homicídios”, que considera população entre 12 e 29 anos, Jundiaí fica na 54ª posição, com um índice de 0,104 – posição coerente com a redução do número de crimes dessa natureza ao longo dos últimos 10 anos, conforme descrito acima.

Outro indicador bastante positivo é o de “Frequência à escola e emprego”, que (índice de 0,351), na qual o município se situa na 69ª posição, superado apenas pelos municípios de Valinhos, São Carlos, Birigui e São Caetano do Sul ⁷. No indicador de “Pobreza”, a cidade ocupa a 66ª posição (índice de 0,253), sendo suplantada pelas cidades de Ribeirão Preto, Araraquara, São Paulo, Campinas, Santo André, Santos e São Caetano do Sul.

Entre os indicadores mais críticos para o município, destaca-se “Mortalidade por Acidentes de Trânsito”, que considera o número de óbitos por acidentes de trânsito entre jovens e adolescentes de 12 a 29 anos e, tal como o de Homicídios, foi utilizado para expressar a incidência dos efeitos negativos da violência urbana entre esse segmento populacional. No caso de Jundiaí, o município se situa na 2ª posição no Estado de São Paulo (índice de 0,527), superado apenas pela cidade de Tatuí. No que tange a questão da desigualdade, ocupa a 35ª posição (índice 0,382).

Tabela 5
Ranking do Índice de Vulnerabilidade juvenil e seus componentes.
Indicador mortalidade por homicídios, indicador de mortalidade por
acidentes de trânsito, indicador de frequência à escola e emprego,
indicador de pobreza e indicador de desigualdade.
Municípios do Estado de São Paulo
2009

Municípios de São Paulo	Grupos de Vulnerabilidade	Índice de Vulnerabilidade Juvenil - Violência (IVJ - V)	Indicador mortalidade por homicídios	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
Cubatão	Média	0,441	0,168	0,487	0,454	0,362	0,752
Guarujá	Média	0,437	0,306	0,382	0,553	0,384	0,593
Francisco Morato	Média	0,413	0,316	0,262	0,515	0,476	0,550
Franco da Rocha	Média	0,403	0,313	0,424	0,523	0,426	0,357
Itapecerica da Serra	Média	0,396	0,371	0,278	0,505	0,433	0,429

⁷ Para as questões relativas à escolaridade e emprego, foram calculados indicadores que expressam a parcela de jovens e adolescentes que não frequentam escola e aqueles que se inserem de forma precária no mercado de trabalho.

Poá	Média	0,392	0,297	0,514	0,504	0,351	0,298
Itaquaquecetuba	Média	0,385	0,329	0,213	0,525	0,460	0,452
Embu	Média	0,384	0,319	0,326	0,513	0,432	0,367
Taboão da Serra	Média	0,378	0,254	0,443	0,451	0,361	0,396
Guarulhos	Média	0,374	0,342	0,284	0,457	0,343	0,466
Itapevi	Média	0,370	0,377	0,226	0,547	0,441	0,309
Diadema	Média-baixa	0,368	0,259	0,306	0,461	0,375	0,470
Hortolândia	Média-baixa	0,364	0,255	0,383	0,488	0,388	0,334
Tatuí	Média-baixa	0,363	0,168	0,551	0,519	0,342	0,252
Mauá	Média-baixa	0,359	0,277	0,285	0,475	0,368	0,425
Santana de Parnaíba	Média-baixa	0,353	0,289	0,221	0,467	0,349	0,478
São Vicente	Média-baixa	0,351	0,192	0,347	0,490	0,290	0,466
Suzano	Média-baixa	0,351	0,286	0,275	0,518	0,393	0,327
Praia Grande	Média-baixa	0,350	0,246	0,364	0,513	0,301	0,354
Barueri	Média-baixa	0,346	0,270	0,287	0,478	0,374	0,359
Osasco	Média-baixa	0,344	0,236	0,277	0,428	0,315	0,494
Sorocaba	Média-baixa	0,335	0,149	0,464	0,433	0,288	0,353
Ferraz de Vasconcelos	Média-baixa	0,334	0,265	0,191	0,535	0,417	0,325
São Bernardo do Campo	Média-baixa	0,333	0,153	0,270	0,409	0,255	0,610
Itu	Média-baixa	0,332	0,191	0,442	0,441	0,335	0,270
Cotia	Média-baixa	0,331	0,301	0,252	0,455	0,362	0,319
Jandira	Média-baixa	0,331	0,247	0,346	0,466	0,414	0,219
Carapicuíba	Média-baixa	0,330	0,229	0,261	0,461	0,390	0,354
Ourinhos	Média-baixa	0,329	0,053	0,498	0,507	0,347	0,276
Barretos	Média-baixa	0,327	0,042	0,507	0,500	0,307	0,309
São Paulo	Média-baixa	0,325	0,209	0,248	0,427	0,235	0,530
Jundiaí	Média-baixa	0,324	0,104	0,527	0,351	0,253	0,382
Pindamonhangaba	Média-baixa	0,324	0,069	0,439	0,498	0,342	0,315
Atibaia	Média-baixa	0,321	0,164	0,324	0,508	0,371	0,290
Mogi das Cruzes	Média-baixa	0,320	0,110	0,313	0,493	0,311	0,418
Itapetininga	Média-baixa	0,318	0,043	0,379	0,554	0,379	0,296
Sumaré	Média-baixa	0,316	0,150	0,277	0,480	0,395	0,337
Limeira	Média-baixa	0,315	0,122	0,405	0,436	0,323	0,316
São José dos Campos	Média-baixa	0,312	0,168	0,340	0,399	0,278	0,397
Taubaté	Média-baixa	0,311	0,200	0,288	0,450	0,281	0,368
Jacareí	Média-baixa	0,311	0,093	0,408	0,460	0,292	0,332
Araçatuba	Média-baixa	0,309	0,276	0,201	0,428	0,283	0,385
Piracicaba	Média-baixa	0,309	0,128	0,367	0,413	0,294	0,370
Ribeirão Pires	Média-baixa	0,309	0,162	0,301	0,464	0,312	0,345
Rio Claro	Média-baixa	0,307	0,122	0,434	0,386	0,269	0,337
Campinas	Média-baixa	0,305	0,140	0,255	0,388	0,225	0,544
Santos	Média-baixa	0,301	0,158	0,331	0,368	0,097	0,547
Botucatu	Baixa	0,300	0,174	0,294	0,419	0,273	0,367
Santo André	Baixa	0,298	0,204	0,204	0,392	0,222	0,490
Votorantim	Baixa	0,298	0,132	0,361	0,433	0,363	0,236
Marília	Baixa	0,297	0,069	0,358	0,420	0,299	0,374
Bragança Paulista	Baixa	0,296	0,060	0,398	0,446	0,320	0,296
Birigui	Baixa	0,292	0,237	0,329	0,294	0,339	0,272
Jaú	Baixa	0,291	0,044	0,459	0,401	0,300	0,278
Indaiatuba	Baixa	0,289	0,038	0,418	0,427	0,324	0,274
Valinhos	Baixa	0,288	0,174	0,333	0,350	0,266	0,329
Santa Bárbara d'Oeste	Baixa	0,288	0,121	0,363	0,395	0,356	0,241
Sertãozinho	Baixa	0,286	0,044	0,395	0,402	0,402	0,232
Presidente Prudente	Baixa	0,283	0,036	0,339	0,416	0,289	0,378

São José do Rio Preto	Baixa	0,283	0,074	0,348	0,397	0,255	0,370
Catanduva	Baixa	0,283	0,065	0,346	0,461	0,297	0,290
Várzea Paulista	Baixa	0,281	0,128	0,357	0,412	0,403	0,146
Guaratinguetá	Baixa	0,280	0,204	0,129	0,487	0,277	0,357
Salto	Baixa	0,280	0,157	0,282	0,414	0,340	0,246
Ribeirão Preto	Baixa	0,276	0,087	0,258	0,397	0,248	0,428
Araras	Baixa	0,276	0,113	0,307	0,405	0,319	0,272
Araraquara	Baixa	0,273	0,140	0,274	0,368	0,238	0,370
Mogi Guaçu	Baixa	0,273	0,097	0,269	0,446	0,370	0,241
Americana	Baixa	0,271	0,059	0,382	0,367	0,260	0,311
Bauru	Baixa	0,267	0,077	0,211	0,419	0,290	0,390
Franca	Baixa	0,248	0,027	0,263	0,389	0,335	0,281
São Caetano do Sul	Baixa	0,239	0,146	0,210	0,287	0,090	0,466
São Carlos	Baixa	0,238	0,043	0,215	0,347	0,265	0,364

Fonte: Ministério da Justiça